

PREGÃO ELETRÔNICO

050/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCAVEL (987493)

OBJETO

Contratação de solução tecnológica integrada, na modalidade de serviço (SaaS - Software as a Service), para fortalecimento da segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.129.999,92

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] por [global]

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DOS RECURSOS	18
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCVEL/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

(Processo Administrativo nº 34214/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, sediado no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de solução e comunicação de tecnológica integrada, na modalidade de serviço (SaaS - Software as a Service), para fortalecimento da segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. ***A licitação será realizada em único item.***

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5 e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. **Valor mensal e total do item;**

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.21. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.21.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.21.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.21.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.21.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.21.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.21.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.21.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.21.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.21.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.21.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.21.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2.2. empresas brasileiras;

6.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial..

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo **02 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo **02 (duas horas)**, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.6. fraudar a licitação;
 - 10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8, 10.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*:

11.3.1. E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Relação de itens;

12.11.2. ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;

12.11.3. ANEXO III – Roteiro de Prova de Conceito (POC)

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 12.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;
- 12.11.5. ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar;
- 12.11.6. ANEXO VI – Mapa Comparativo de Preços;
- 12.11.7. ANEXO VII – Portaria de Fiscalização;

Cascavel, 26 de maio de 2026

WASHINGTON LEE ABE
Secretário Municipal de Segurança Pública

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

ITENS PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRENCIA

IT	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	24,00	SER	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	172.083,33	4.129.999,92

Valor Total Geral: R\$ 4.129.999,92 (quatro milhões, cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO À COMUNIDADE

(Processo Administrativo nº34214/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de solução tecnológica integrada, na modalidade de serviço (SaaS – Software as a Service), para fortalecimento da segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Estimado (Mensal)	Valor Estimado meses)	Total (24
1	<p>Serviço Contínuo de Solução Integrada de Segurança Rural (SaaS) Inclui, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">– Licenciamento da Plataforma SaaS (Central de Operações, Web);– Licenciamento do Aplicativo Móvel (Android e iOS) para até 5.000 propriedades (até 5 usuários/app por propriedade);– Hospedagem em ambiente de alta disponibilidade;– Suporte Técnico 24x7;– Manutenções corretiva, adaptativa e evolutiva. <p>Serviço de Implantação e Integração (Taxa Única / Setup Fee) Inclui, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">– Configuração inicial da plataforma e parametrizações;– Apoio à configuração de cercas virtuais (geofencing) e raios de alerta;– Configuração da Central de Operações;– Treinamento inicial dos operadores e administradores.	Serviço (Valor Mensal)	24 meses	172.083,33	4.129.999,92	

Item	Especificação	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Estimado (Mensal)	Valor Estimado meses)	Total (24
TOTAL					4.129.999,92	

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a solução tecnológica deverá permanecer disponível de forma ininterrupta para possibilitar o acionamento de emergências, a comunicação com a Central de Operações e o monitoramento das ocorrências no âmbito da política de segurança rural do Município. A vigência plurianual mostra-se mais vantajosa considerando a necessidade de garantir a continuidade da prestação do serviço, a estabilidade operacional da plataforma tecnológica e a manutenção permanente da capacidade de resposta das forças de segurança pública.

Prazo de vigência

1.4. O prazo para início da execução dos serviços será contado a partir da **data de assinatura do contrato**, devendo a contratada iniciar, imediatamente após, os procedimentos de implantação da solução, incluindo configuração da plataforma, integração com a Central de Operações e demais etapas necessárias à plena operacionalização do sistema, nos prazos definidos neste Termo de Referência.

1.4.1 Trata-se de serviço continuado de TIC, essencial para a segurança pública rural, cuja interrupção ou troca frequente de fornecedor implica risco direto à continuidade do serviço, ao tempo de resposta em emergências e à integridade da política pública, não sendo recomendável a celebração de contratos muito curtos (ex.: 12 meses) com renovações anuais forçadas.

1.4.2 A solução demanda etapa inicial de implantação, integração, parametrização e treinamento de usuários, atividades que concentram custos relevantes no início da execução contratual; contratos demasiadamente curtos impedem a diluição adequada desses custos de setup ao longo do tempo, elevando artificialmente o valor mensal e contrariando os princípios da economicidade e da vantagem para a Administração, como previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021;

1.4.3 A adoção de prazo de 24 meses está em consonância com boas práticas de gestão de contratos de TIC na Administração Pública, que recomendam prazos que permitam estabilizar a operação da plataforma, amadurecer o uso pela equipe do órgão e evitar trocas sucessivas de solução que resultariam em nova curva de aprendizado, riscos de migração de dados e potenciais indisponibilidades (ex.: contratos de software para planejamento de obras e big data, com 24 meses de vigência para amortização de investimentos iniciais).

1.4.4 O período de 24 meses é compatível com o planejamento orçamentário e com a natureza do objeto, permitindo a avaliação de resultados (KPIs de redução de tempo de resposta, aumento da eficiência operacional etc.) em horizonte temporal suficiente para aferir a efetividade da política pública de segurança rural, conforme ETP (Seção 10).

1.4.5 O contrato poderá ser prorrogado por meio de termos aditivos, observado o limite e as condições dos artigos 114 da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente em razão da natureza contínua e essencial do serviço de segurança pública e da necessidade de aproveitamento do investimento em capacitação e customização da solução, desde que demonstrado que a prorrogação continua sendo mais vantajosa em relação à realização de novo certame, considerando os custos de transição e de troca de fornecedor.

1.4.6 A opção pelo prazo de 24 meses também está alinhada às conclusões do Estudo Técnico Preliminar – ETP que analisou a viabilidade técnica e econômica da solução SaaS e indicou a necessidade de horizonte contratual suficiente para diluir os investimentos iniciais de implantação e garantir a estabilidade operacional do serviço.

1.5. *O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A presente contratação fundamenta-se na análise pormenorizada do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que identifica um problema de segurança e proteção pública de natureza complexa e urgente. O problema é caracterizado por uma Dupla Vulnerabilidade que afeta os cidadãos e o patrimônio localizados na vasta área rural do Município de Cascavel.*

Vulnerabilidade primária (risco iminente)

2.1.1 A exposição contínua a eventos de alto risco que demandam resposta imediata, incluindo crimes patrimoniais e crimes contra a vida, esporádicos e organizados que devem ter resposta imediata, como roubos, invasões de terras, incêndios, ferimentos de natureza grave, emergências de saúde e defesa civil (acidentes com maquinário, emergências médicas agudas).

Vulnerabilidade Secundária

2.1.2 Esta é identificada no ETP como a causa-raiz do problema a ser resolvido. Define-se como a incapacidade fática do cidadão rural de acionar os serviços de emergência (Polícia Militar – 190, Guarda Municipal – 153, Bombeiros – 193, SAMU – 192) no momento da ocorrência. Abrange, ainda, a impossibilidade momentânea de acionamento pela situação de risco imediato, como quando a vítima se encontra diante dos criminosos, impossibilitada de realizar qualquer chamada. Em síntese, de nada adianta a existência de uma infraestrutura de comunicação eficiente se a vítima não tiver a oportunidade real e segura de solicitar auxílio.

2.2. *A necessidade real que esta contratação visa sanar é: Restabelecer a capacidade de pronta resposta do Poder Público na zona rural, mitigando a inviabilidade fática de pronta comunicação por meios tradicionais, elaborando uma solução tecnológica que garanta o acionamento de emergência, a localização geográfica precisa e a integração direta com as forças de segurança, desde que haja disponibilidade mínima de acesso à internet.*

Alinhamento aos Planos Estratégicos

2.3. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 deste Município e está alinhado com os instrumentos de planejamento municipal:*

2.3.1 Plano Plurianual (PPA) 2026 a 2029 (Lei Ordinária Nº 7.820/2025): A contratação executa as metas de investimento no setor de Segurança, conforme estabelecido no Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 (Lei Nº 7.820 de 03 de Outubro de 2025). A ação se alinha ao Programa: 0072 - Programa de Segurança Comunitária.



2.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2026 a 2029 (Lei Ordinária Nº 7.820/2025): Este instrumento autoriza a alocação de recursos para cumprir as metas do PPA, incluindo a modernização tecnológica da segurança pública.

2.3.3 Audiências Públicas (LDO/LOA): A contratação é uma resposta direta às demandas por "Segurança nos Distritos" (zona rural) levantadas em audiência pública da Comissão de Segurança Pública.

2.3.4 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC): A contratação alinha-se com a política de integração da área rural e modernização dos serviços públicos, em especial segurança, por meio de TIC.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, intenção 450/2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.5. Por se tratar de solução tecnológica destinada à prestação de serviços públicos digitais no âmbito municipal, a integração com plataformas governamentais deverá observar, quando aplicável, as diretrizes de interoperabilidade, segurança da informação e proteção de dados, conforme a legislação vigente e as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Conforme ETP (Seções 1 e 2), a solução consiste em um sistema integrado de **SaaS + Aplicativo Móvel + Central de Operações com geointeligência**, com os seguintes componentes principais:

Componente 1 – Aplicativo Móvel (Interface do Usuário Rural e das Equipes em Campo)

3.2.1 Aplicativo nativo compatível com Android e iOS (RF-001).

3.2.2 Permite acionamento de emergência (S.O.S.) com georreferenciamento automático (RF-002).

3.2.3 Permite envio de informações complementares (texto, imagem, localização GPS, rota de acesso) para a Central (RF-003).

3.2.4 Possibilita comunicação via chat com a Central (RF-010).

3.2.5 Permite acompanhamento em tempo real de ocorrências em raio mínimo de 50 km (RF-007) e recebimento de alertas de vizinhança (RF-005).

3.2.6 Funciona sempre que houver acesso à internet (4G/5G, Wi-Fi ou outro meio de dados disponível ao usuário).

3.2.7 Permite que a central de operações emita alertas e mensagens às propriedades acionadas no raio de pelo menos 50 km do local da emergência

Componente 2 – Plataforma de Gestão / Central de Operações (SaaS)

3.2.8 Acessível via navegador web pela Central de Operações da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

3.2.9 Recebe e gerencia as ocorrências oriundas do aplicativo (RF-002, RF-003).

3.2.10 Permite o acompanhamento do status e fluxo das ocorrências (RF-009).

3.2.11 Oferece recursos de comunicação com vítimas e propriedades vizinhas alertadas (RF-010, RF-011, RF-012).

3.2.12 Possui módulos de geointeligência para:

3.2.13 geração de relatórios estatísticos e "mapas de calor" (RF-014),

3.2.14 geofencing, com cercas virtuais por propriedade e múltiplas propriedades por usuário (RF-015 e RF-016),

3.2.15 análise de proximidade e acompanhamento em raio mínimo de 50 km (RF-007).

3.2.16 Disponibiliza mecanismo de despacho de viaturas com rota de acesso via navegador web (RF-004).

Componente 3 – Serviços Associados (Implantação, Suporte e Manutenção)

3.2.17 Implantação completa da solução, parametrizações iniciais, apoio ao cadastro inicial de propriedades e cercas virtuais.

3.2.18 Treinamento inicial de operadores e administradores.

3.2.19 Suporte técnico.

3.2.20 Manutenção corretiva, adaptativa (atualização contínua para novas versões de Android/iOS) e evolutiva da plataforma

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução e os serviços prestados pela Contratada deverão atender, obrigatoriamente, a todos os requisitos listados abaixo, extraídos e detalhados na Seção 2 do ETP.

Requisitos de Negócio:

4.1. A solução deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos funcionais, detalhados na Tabela do ETP. A análise do ETP destaca que os requisitos RF-007, RF-015 e RF-016 (marcados abaixo) exigem um sistema complexo de **Geointeligência** em tempo real (Geofencing e Análise de Proximidade), distinguindo esta solução de aplicativos de pânico mais simples.

Tabela: Matriz de Requisitos Funcionais Mínimos

ID	Requisito (Descrição Funcional Mínima)	Módulo	Obrigatorioidade
RF-001	Disponibilizar aplicativo móvel nativo compatível com Android (Google) e iOS (Apple).	Plataforma / App Móvel	Obrigatório
RF-002	Notificar automaticamente propriedades vizinhas (cadastradas no sistema) sobre a ocorrência, em um raio mínimo configurável de 50 km.	Plataforma / Alertas	Obrigatório
RF-003	Permitir o acompanhamento em tempo real, pelo App Móvel e pela Central, de ocorrências registradas no sistema, em um raio mínimo de 50 km.	Central de Operações / App Móvel	Obrigatório
RF-004	Possibilitar que a Central de Operações se comunique (via chat) com as propriedades alertadas pela emergência.	Central de Operações / Comunicação	Obrigatório



RF-005	Permitir o acionamento de emergência (S.O.S.) com georreferenciamento automático da localização da propriedade cadastrada.	App Móvel	Obrigatório
RF-006	Permitir o envio das informações da emergência (mensagem de texto, imagem, localização GPS e rota de acesso compatíveis com os aplicativos de GPS googlemaps e waze) para a Central de Operações.	App Móvel / Comunicação	Obrigatório
RF-007	Permitir que a Central de Operações envie (despache) as coordenadas do local do S.O.S. e rota de acesso compatíveis com os aplicativos de GPS googlemaps e waze para viaturas operacionais com acesso à internet, exibindo detalhes do trajeto via navegador web.	Central de Operações / Despacho	Obrigatório
RF-008	Permitir o licenciamento de até 5 (cinco) aparelhos (smartphones) por propriedade para o chamamento de emergências funcionando simultaneamente.	App Móvel / Gestão de Contas	Obrigatório
RF-009	Oferecer opções de fácil identificação (tipificação) da ocorrência pelo usuário (ex: invasões de terras, acidentes graves, roubos, incêndios, picadas de cobras etc.).	App Móvel	Obrigatório
RF-010	Possibilitar comunicação direta (via chat) da vítima com a Central de Operações através do aplicativo.	App Móvel / Comunicação	Obrigatório
RF-011	Possibilitar a confirmação de recebimento do chamado S.O.S. pela Central, exibida no aplicativo da vítima para garantir sua tranquilidade. E a confirmação para a central de Operações do recebimento e visualização das mensagens por parte do usuário.	Plataforma Comunicação /	Obrigatório
RF-012	Possibilitar a geração de relatórios estatísticos gerais das ocorrências e "mapas de calor" para subsidiar operações e o planejamento de políticas públicas de segurança. Bem como o fácil acesso ao histórico de chamados e todas as suas informações geradas durante o chamado, como fotos, histórico de conversas pelo chat, horários de cada acionamento, etc.	Central de Operações / Relatórios (B.I.)	Obrigatório
RF-013	Geofencing: permitir que o alerta seja acionado (ou validado) quando o usuário estiver a uma distância máxima de até 1 km das coordenadas registradas da propriedade.	App Móvel / Geofencing	Obrigatório
RF-014	Múltiplas propriedades: permitir que o mesmo usuário possa cadastrar, gerenciar e selecionar mais de uma propriedade em sua conta.	App Móvel / Gestão de Contas	Obrigatório

Requisitos de Padrão de Qualidade e Desempenho (Não-Funcionais)

4.2. Conforme Seção 2. do ETP, para uma solução de segurança pública onde a falha pode implicar risco à vida, os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho são requisitos essenciais e vinculados à própria finalidade do objeto.

Forma de medição

4.3. A medição deve ser mensal. A indisponibilidade de funcionalidades críticas, aferida pela Administração, será objeto de desconto no pagamento e até rescisão contratual.

Item	Descrição
Medição	A execução do objeto será aferida por medição mensal, realizada pela Administração, como condição para a liberação do pagamento.

Forma de Aferição	Verificação da disponibilidade e funcionamento do sistema, com ênfase nas funcionalidades críticas (acionamento S.O.S., georreferenciamento, comunicação com a Central de Operações e despacho de ocorrências), com base em registros do sistema e relatórios técnicos.
Classificação das Falhas	Faltas leves: não interrompem o funcionamento do sistema. Faltas graves: interrompem o funcionamento da tecnologia ou comprometem funcionalidades críticas.
Sanções – Faltas Leves	01 a 05 ocorrências: advertência. 06 a 10 ocorrências: multa de 10% do valor mensal. Acima de 10 ocorrências: multa de 20% do valor mensal.
Sanções – Faltas Graves	01 a 05 ocorrências: desconto de 20% do valor mensal. 06 a 10 ocorrências: desconto de 50% do valor mensal. Acima de 10 ocorrências: interrupção do pagamento mensal.
Rescisão	A reincidência de faltas graves ou a indisponibilidade reiterada de funcionalidades críticas poderá caracterizar inexecução contratual, autorizando a rescisão unilateral, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Tempo de Resposta e Confiabilidade

4.4. **Tempo de Resposta do S.O.S.:** O tempo total transcorrido entre o acionamento do S.O.S. (pelo App em condições normais de rede) e a sinalização (visual e sonora) na tela do operador da Central de Operações deverá ocorrer em até 10 (dez) segundos, em condições normais de rede.

4.5. **Confiabilidade:** A solução deve garantir a integralidade, a ordem cronológica e o não repúdio das mensagens e alertas trocados entre o usuário e a Central, por meio de mecanismos tecnológicos que assegurem rastreabilidade, registro de eventos (logs) e segurança na transmissão das informações.

Escalabilidade e Usabilidade

4.6. A solução deve ser escalável para suportar o crescimento da demanda (aumento do número de propriedades e usuários cadastrados até o limite de 5.000) sem degradação de performance.

4.7. As interfaces do App Móvel (RF-001) e da Central (RF-009) devem seguir as melhores práticas de Experiência do Usuário (UX/UI Design), garantindo facilidade de uso pela vítima (em situação de estresse) e pelo operador da Central (em ambiente de alta demanda).

Requisitos de Capacitação

4.8. A contratada deverá disponibilizar treinamento inicial para os operadores da Central de Operações e para os administradores do sistema.

O treinamento deverá abranger:

- a) utilização da plataforma de gestão;
- b) procedimentos de atendimento às ocorrências;
- c) utilização das funcionalidades de monitoramento e despacho;
- d) geração de relatórios e consultas no sistema.

O treinamento poderá ser realizado presencialmente ou por meio remoto síncrono, devendo garantir a capacitação adequada da equipe técnica da Secretaria.

4.9. A Contratada deverá disponibilizar treinamento inicial para os operadores da Central de Operações e demais equipes envolvidas na execução do serviço, incluindo a equipe da Patrulha Rural.

4.9.1 As equipes da Administração Pública, devidamente capacitadas, serão responsáveis por promover ações de orientação aos usuários finais (produtores rurais), por meio de palestras, reuniões ou outras iniciativas institucionais, visando garantir a adequada utilização da solução tecnológica.

4.9.2 A Contratada deverá fornecer suporte técnico e materiais de apoio, sempre que necessário, para subsidiar as ações de orientação realizadas pela Administração.

Requisitos Legais

4.10. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.11. A Secretaria Municipal de Segurança Pública atuará como Controladora dos dados. A Contratada atuará como Operadora. O contrato deverá detalhar rigorosamente as obrigações da Operadora, incluindo a vedação de uso dos dados para qualquer finalidade alheia ao objeto contratado.

Requisitos de Segurança da Informação (Técnicos)

4.12. **Criptografia:** Toda a comunicação entre o App Móvel e a Central de Operações (RF-003, RF-010) deve ser protegida por criptografia em trânsito. Todos os dados pessoais sensíveis (dados de usuários, localizações, ocorrências, mensagens) devem ser armazenados com criptografia no banco de dados.

4.13. **Gestão de Acesso:** A Central de Operações deve possuir um sistema de Controle de Acesso Baseado em Papéis (RBAC), garantindo o princípio do privilégio mínimo (ex: operadores só acessam ocorrências ativas; gestores acessam relatórios estatísticos).

4.14. **Logs de Auditoria:** A solução deve gerar logs de auditoria detalhados e invioláveis de todas as ações críticas (Logon, acesso a dados de ocorrências, exportação de relatórios), permitindo a rastreabilidade e a responsabilização (Accountability).

Plano de Resposta a Incidentes de Vazamento de Dados

4.15. A Contratada deverá apresentar, na fase de implantação, e manter atualizado durante toda a vigência contratual, Plano de Contingência e Resposta a Incidentes de Segurança.

4.16. O plano deverá detalhar os procedimentos de identificação, tratamento e comunicação de incidentes de segurança da informação, incluindo a notificação à Secretaria Municipal (Controladora) e, quando cabível, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos da legislação vigente, especialmente em casos que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados.

Requisitos de Manutenção

4.17. Considerando que a solução será disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), a contratada deverá assegurar serviços contínuos de manutenção da plataforma.

A manutenção deverá contemplar:

- a) manutenção corretiva, destinada à correção de falhas ou erros de funcionamento do sistema;
- b) manutenção adaptativa, destinada à adequação da solução a novas versões dos sistemas operacionais móveis;

- c) *manutenção evolutiva, com atualizações tecnológicas e melhorias funcionais da plataforma. A solução deverá contemplar evolução tecnológica contínua ao longo da vigência contratual, mediante disponibilização de atualizações, melhorias e novas versões da plataforma, conforme o roadmap de desenvolvimento da Contratada, sem custos adicionais para a Administração.*
- d) *Considerando que se trata de solução na modalidade Software como Serviço (SaaS), o planejamento de evolução do sistema é de responsabilidade da Contratada.*
- e) *Caso a Administração identifique a necessidade de ajustes ou customizações específicas, estas poderão ser solicitadas e avaliadas tecnicamente, devendo ser implementadas sem custos adicionais, desde que não impliquem no desenvolvimento de novas funcionalidades estruturais ou alteração significativa da arquitetura da solução.*

Requisitos Temporais

- 4.17 *A implantação da solução deverá ocorrer após a formalização da contratação, contemplando as etapas de instalação, parametrização da plataforma e treinamento da equipe da Administração.*

A disponibilização da solução deverá permitir o início da operação da plataforma após a conclusão das etapas de implantação e configuração.

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.18 *A solução deverá garantir a proteção das informações e dos dados pessoais tratados pela plataforma. Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:*

- a) *utilização de comunicação criptografada entre aplicativo e plataforma;*
- b) *armazenamento seguro das informações em banco de dados protegido;*
- c) *controle de acesso às informações do sistema;*
- d) *geração de registros de auditoria das operações realizadas.*

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.19 *A contratação deverá observar os princípios de desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021. Considerando que a solução se baseia em plataforma digital, destacam-se os seguintes aspectos:*

- a) *contribuição para a melhoria da segurança pública no meio rural;*
- b) *fortalecimento da integração entre Poder Público e comunidade rural;*
- c) *redução do consumo de materiais físicos e documentos impressos;*
- d) *ausência de necessidade de aquisição de infraestrutura física dedicada.*

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.20. *A solução deverá possuir capacidade técnica para integração com sistemas utilizados pela Administração Pública Municipal, por meio de APIs, webservices ou mecanismos equivalentes, garantindo interoperabilidade e possibilidade de troca de dados.*

- 4.21. *No momento, não há necessidade de integração com sistemas externos. Contudo, caso venha a ser identificada essa necessidade durante a execução contratual, a solução deverá permitir a implementação de integrações sob demanda, sem custo adicional para o Município, desde que não implique em desenvolvimento de novas funcionalidades ou customizações estruturais da plataforma.*

4.22. A solução deverá ser disponibilizada em ambiente computacional em nuvem, garantindo:

- a) escalabilidade da plataforma;
- b) alta disponibilidade do sistema;
- c) segurança da informação;
- d) armazenamento seguro dos dados.

A solução deverá ser acessível por meio de navegador web para a Central de Operações e por aplicativo móvel para os usuários cadastrados.

4.23. A solução deverá ser hospedada em ambiente de data center sob responsabilidade da Contratada, garantindo alta disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento), com redundância de energia, conectividade e mecanismos de segurança da informação, preferencialmente em infraestrutura classificada como Tier III ou superior, ou equivalente.

Requisitos de Implementação

- a) Instalar, configurar e disponibilizar a plataforma SaaS para a Central de Operações;
 - b) Publicar o aplicativo móvel nas lojas oficiais (Google Play Store e Apple App Store);
 - c) Realizar a parametrização inicial (raios de alerta, geofencing, categorias de ocorrência);
 - d) Apoiar tecnicamente o cadastramento inicial de propriedades e cercas virtuais, trabalhando em conjunto com as equipes da Secretaria (responsabilidade principal da Contratante).
- 4.23. A Contratada será responsável pela implantação e operacionalização da solução, com treinamento inicial e disponibilidade do sistema.
- 4.24. A solução deverá contemplar apoio técnico ao cadastramento inicial das propriedades rurais, estimadas em aproximadamente 4.500 unidades, incluindo orientação quanto à inserção de dados e parametrização da plataforma.
- 4.25. O cadastramento das propriedades será realizado pela Contratante, podendo contar com suporte técnico da Contratada, especialmente na fase de implantação e configuração do sistema.

Requisitos de Garantia e Manutenção

- 4.27. A Contratada deve garantir, durante toda a vigência do contrato, sem ônus adicional:
- 4.28. Manutenção Corretiva: A correção de todos os bugs e falhas de funcionamento da plataforma.
- 4.29. Manutenção Adaptativa: A atualização contínua do aplicativo móvel para garantir sua compatibilidade e pleno funcionamento em novas versões dos sistemas operacionais Android e iOS lançadas durante a vigência do contrato. Este requisito é vital para evitar a obsolescência da solução.
- 4.30. Manutenção Evolutiva: A disponibilização de novas versões (releases) da plataforma (software da Central e App), com melhorias e novas funcionalidades, sem custo adicional, conforme política de atualização do produto.

Requisitos de Experiência Profissional

4.31. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação. A execução dos serviços deverá ser realizada por equipe técnica da contratada com qualificação compatível com a natureza da solução tecnológica, sendo responsabilidade da empresa assegurar a adequada capacitação de seus profissionais para a prestação dos serviços de implantação, manutenção e suporte da plataforma.

Requisitos de Formação da Equipe

4.32. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação. A contratada deverá assegurar que os profissionais responsáveis pela implantação, manutenção e suporte da solução tecnológica possuam qualificação compatível com a natureza dos serviços prestados.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.33. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.34. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.35. A contratada deverá fornecer meios para contato e registro de ocorrências técnicas relacionadas ao funcionamento da solução, com funcionamento **24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana**, de maneira eletrônica, e **em horário comercial**, por via telefônica.

4.36. A Contratada deverá indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, especialmente durante a fase de implantação, atuando como ponto de contato direto com a Administração.

4.36.1 O preposto deverá possuir conhecimento técnico compatível com o objeto contratado e autonomia para tratar das questões operacionais relacionadas à execução dos serviços.

4.36.2 A substituição do preposto deverá ser previamente comunicada à Administração.

4.37. A execução dos serviços deverá ser acompanhada pela contratada, que deverá comunicar à contratante eventuais falhas, indisponibilidades do sistema ou ocorrências relevantes relacionadas à operação da plataforma.

4.38. A Contratada deverá disponibilizar sistema formal de registro e acompanhamento de chamados técnicos (help desk), permitindo a abertura, classificação, acompanhamento e encerramento de solicitações, com geração de número de protocolo e histórico de atendimento.

4.39. O sistema de chamados deverá possibilitar o acompanhamento pela Administração, incluindo informações sobre tempo de resposta, tempo de solução e status das demandas.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.40. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.40.1 A solução deverá garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas pela plataforma.

4.40.2 Toda comunicação entre o aplicativo móvel, a plataforma e os sistemas utilizados pela Central de Operações deverá ocorrer por meio de protocolos seguros e criptografados.

4.40.3 Os dados armazenados pela solução deverão ser protegidos contra acessos não autorizados, devendo a contratada adotar mecanismos de controle de acesso, autenticação e registros de auditoria das operações realizadas no sistema.

4.40.4 A solução deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), cabendo à contratada adotar as medidas necessárias para proteção dos dados pessoais eventualmente tratados no âmbito da execução contratual.

4.40.5 A contratada deverá adotar boas práticas de segurança da informação, visando prevenir incidentes de segurança, vazamentos de dados ou acessos indevidos às informações tratadas pela plataforma.

4.41. A Administração Municipal deverá possuir acesso aos dados armazenados na solução, assegurando-se, alternativamente:

I – acesso integral direto à base de dados, por meio da própria plataforma; ou

II – a disponibilização, pela Contratada, de exportação completa dos dados relacionados ao Município, em formato estruturado e interoperável, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas a partir da solicitação, sem custos adicionais.

4.42. O acesso ou a disponibilização dos dados deverá permitir sua utilização para fins de auditoria, integração com outros sistemas, análise de informações e formulação de políticas públicas, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.43. Tratamento de Dados Pessoais

- I. A Contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando as medidas necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito da execução contratual.
- II. O tratamento de dados pessoais deverá observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, conforme previsto na legislação vigente.
- III. A Contratada atuará na condição de Operadora de dados pessoais, cabendo à Administração Municipal a condição de Controladora, sendo vedada a utilização dos dados para finalidades diversas da execução do contrato.
- IV. A Contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, destruição ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- V. Deverá ser assegurado à Administração o acesso às informações necessárias para auditoria e acompanhamento do tratamento de dados pessoais.
- VI. As diretrizes relativas à proteção de dados pessoais deverão observar as orientações da Controladoria-Geral do Município, quando aplicáveis.

Vistoria

4.44. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, considerando que o objeto da contratação consiste na disponibilização de solução tecnológica baseada em software, não havendo necessidade de verificação presencial de infraestrutura nas dependências da Administração.

Sustentabilidade

4.45. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.45.1 A solução deverá priorizar o uso de meios digitais para comunicação, registro de informações e emissão de relatórios, reduzindo a necessidade de utilização de documentos físicos e consumo de papel.

4.45.2 A contratada deverá adotar boas práticas de gestão de recursos tecnológicos, buscando eficiência no uso de infraestrutura computacional e redução do consumo de energia, quando aplicável.

4.45.3 A solução tecnológica deverá contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos e para o fortalecimento da segurança nas áreas rurais do município, promovendo impacto social positivo e eficiência na atuação das forças de segurança.

Subcontratação

4.46. Não será admitida a subcontratação do núcleo principal do objeto contratual, assim entendido como: o desenvolvimento e manutenção da Plataforma SaaS.

Garantia da contratação

4.47. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.48. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.48.1 estimativa de atendimento de até 5.000 (cinco mil) propriedades rurais cadastradas, com possibilidade de vinculação de até 5 (cinco) usuários por propriedade, conforme dimensionamento definido no Estudo Técnico Preliminar;

4.48.2 necessidade de disponibilização de plataforma tecnológica acessível à Central de Operações da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção à Comunidade, permitindo o recebimento, acompanhamento e gestão das ocorrências registradas no sistema;

4.48.3 disponibilização de aplicativo móvel compatível com sistemas Android e iOS, destinado ao acionamento de emergências por usuários cadastrados e envio automático de informações de localização à Central de Operações.

Prova de conceito (POC):

4.49. A prova de conceito é comumente realizada na fase externa, utilizada para certificar que a administração tenha certeza da adequação entre o objeto licitado e a proposta apresentada pela licitante. Trata-se, portanto, usualmente, de análise de amostra realizada nas licitações para a contratação de soluções de tecnologia da informação.

4.49.1. Nesse diapasão, assim se posiciona o TCU:

A Prova de Conceito (PoC) regra geral é realizada na fase externa da contratação pública, e destina-se a permitir que a Administração contratante se certifique sobre a efetiva adequação entre o objeto oferecido pelo licitante em sua proposta e as condições técnicas estabelecidas no edital (vide o Acórdão nº 2763/2013 - Plenário, TCU).

4.50. Também é importante destacar que se encontra claramente definido neste edital a forma que será feita a prova de conceito, restando claro que tal exigência é perfeitamente legal. Conforme segue.

4.51. Deve ser submetido a uma prova de conceito, para comprovação e validação do sistema ao Termo de Referência, anteriormente a adjudicação/homologação do processo, sob pena de não ser contratado caso não apresente as condições exigidas no referido Termo de Referência.

- 4.52. Caberá as Secretarias envolvidas, por comissão ou profissional competente, realizar a prova de conceito e emitir parecer quanto ao atendimento às especificações deste Termo de Referência.
- 4.53. Passarão para a execução dos requisitos contidos neste Termo de Referência, os licitantes, por ordem de classificação.
- 4.54. A prova de conceito (POC), consiste na comprovação de todas as funcionalidades e qualidade sistêmica descritas neste Termo de Referência. Esta etapa se iniciará em até 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação pela contratante. Antes mesmo da adjudicação e homologação do processo. Dessa forma, durante a etapa POC, a sessão ficará suspensa após os lances e definição da proposta mais vantajosa. Até que a avaliação seja realizada pela comissão.
- 4.55. A comissão será formada por dois servidores lotados na Fundetec, Sra. Aline Lilian Conti, matrícula nº. 22043-1, Analista programador de sistemas, e o Sr. Alexandre Gil de Lima, matrícula nº. Coordenador Técnico. E dois servidores lotados na Secretaria de Segurança e Proteção à Comunidade, Sr. Claudiomar Antonio Vieira, matrícula nº. 28600-01, Encarregado Administrativo e Financeiro e o Sr. Eduardo Henrique Baby, matrícula nº. 39654-01, Gerente de Planejamento, Gestão e Finanças.
- 4.56. Fica estabelecido o horário e endereço para apresentação da solução junto a comissão. Das 08h às 16h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e recessos. Endereço: Hub One - Av. Brasil, 8517 - Bairro Coqueiral, Cascavel - PR, 85807-030.
- 4.57. No ato da prova de conceito serão entregues os roteiros, conforme anexo I deste Termo de Referência, a serem seguidos, como os requisitos, levando-se em consideração todas as funcionalidades descritas neste Termo, bem como aquelas soluções necessárias ao bom funcionamento do sistema de gestão apresentado.
- 4.58. A prova de conceito abordará o atendimento às funções descritas e das funcionalidades previstas neste Termo de Referência, inclusos os respectivos subitens, determinadas por comissão de avaliação devidamente nomeada para esse fim.
- 4.59. Dever ser fornecida senha de acesso de administrador, que possibilite o uso de todas as funcionalidades do sistema para análise de atendimento a todos os requisitos da prova de conceito.
- 4.60. Os Roteiros serão entregues no ato da prova de conceito, conforme anexo I deste Termo de Referência, e terão em seu conteúdo, atividades nas quais o sistema da licitante deverá atender, em acesso por computador na rede.
- 4.61. A licitante convocada para prova de conceito deverá atender todos os requisitos do sistema de gestão, apresentando as funcionalidades que a comissão de avaliação solicitar, em atendimento aos requisitos presentes neste Termo de Referência.
- 4.62. Caso a licitante não atenda a qualquer um dos requisitos da prova de conceito, será procedida a convocação da próxima colocada, seguindo a ordem de classificação na licitação, assim por diante até a apuração de uma licitante aprovada, que atenda a todos os requisitos.



54
97

4.63. A prova de conceito poderá ser realizada em sessão única ou em período contínuo definido pela Administração, conforme a complexidade da demonstração da solução, não sendo admitidas alterações ou desenvolvimento de novas funcionalidades durante a avaliação.

4.64. A solução será considerada aprovada na Prova de Conceito caso atenda a, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos requisitos funcionais previstos neste Termo de Referência, conforme orientação do Acórdão nº 2299/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

4.65. Após a avaliação, caso aprovada a solução, o processo retornará para a sessão e será devidamente adjudicado e homologado.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;



55
27

5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9 fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3 definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.4 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.9 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato.

6.1.2 A execução do objeto compreenderá a disponibilização de solução tecnológica baseada em Software como Serviço (SaaS), incluindo:

- a) implantação e parametrização da plataforma;
- b) disponibilização do aplicativo móvel aos usuários cadastrados;
- c) integração da solução com a Central de Operações da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção à Comunidade;
- d) suporte técnico e manutenção da plataforma durante a vigência contratual.

6.1.3 Cronograma de realização dos serviços:

- Etapa 1 – Implantação da solução: configuração inicial da plataforma e parametrização do sistema;
- Etapa 2 – Treinamento: capacitação dos operadores da Central de Operações;
- Etapa 3 – Operação assistida: acompanhamento inicial da utilização da plataforma;
- Etapa 4 – Operação contínua: disponibilização da solução e prestação de suporte técnico durante a vigência do contrato.

6.2. PROVA DE CONCEITO (POC)

6.2.1 6.1.4. A contratada deverá realizar Prova de Conceito (PoC), previamente ao início da operação contínua, com o objetivo de demonstrar, na prática, a aderência integral da solução aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2.2 6.1.5. A Prova de Conceito consistirá na validação operacional da solução tecnológica, incluindo:

- 6.2.3 a) funcionamento da plataforma tecnológica;
- 6.2.4 b) funcionamento do aplicativo móvel;
- 6.2.5 c) integração com a Central de Operações;
- 6.2.6 d) fluxo completo de atendimento das ocorrências;
- 6.2.7 e) comunicação entre usuários e sistema.

6.2.8 6.1.6. Para fins de validação preliminar, será exigido o atendimento mínimo de 70% (setenta por cento) das funcionalidades previstas incluindo os itens obrigatórios.

6.2.9 6.1.7. Caso a solução não atinja, inicialmente, 100% (cem por cento) das funcionalidades exigidas, a contratada deverá promover os ajustes necessários no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação formal da fiscalização.

6.1.8. O atingimento de 100% (cem por cento) das funcionalidades e requisitos será condição obrigatória para aceitação do objeto.

Local e horário da prestação dos serviços

6.3. Os serviços serão prestados por meio de **plataforma tecnológica acessível remotamente**, disponibilizada à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção à Comunidade.

6.4. A solução deverá permanecer disponível **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, considerando a natureza crítica do serviço de atendimento a emergências.

Rotinas a serem cumpridas

- 6.4.1 A execução contratual observará as rotinas:
- a) monitoramento e manutenção da plataforma tecnológica;
 - b) atualização da solução quando necessário;
 - c) atendimento de chamados técnicos e incidentes operacionais;
 - d) suporte à operação do sistema pela equipe da contratante.

Materiais a serem disponibilizados

6.5. *Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da solução, incluindo:*

- 6.5.1 plataforma tecnológica de gestão e monitoramento;
- 6.5.2 aplicativo móvel compatível com sistemas Android e iOS;
- 6.5.3 infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento da solução em ambiente computacional em nuvem.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 6.6.1 atendimento de até **5.000 propriedades rurais cadastradas**;
- 6.6.2 possibilidade de vinculação de até **5 usuários por propriedade**; e
- 6.6.3 utilização da solução pela Central de Operações da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Formas de transferência de conhecimento

6.7. *A transferência de conhecimento deverá ocorrer por meio de treinamento inicial destinado aos operadores da Central de Operações e administradores do sistema, contemplando a utilização das funcionalidades da plataforma e do aplicativo móvel.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.9. *Cada Ordem de Serviço (OS) conterá o volume de serviços demandados, incluindo sua localização, descrição das atividades e prazo para execução, conforme definido pela Administração no momento da solicitação.*

6.10. Não serão necessários procedimentos específicos de transição ou finalização do contrato, considerando que o objeto consiste na disponibilização de solução tecnológica baseada em software.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. *São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:*

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.13. Manutenção de Sigilo, Segurança da Informação e LGPD

6.14. A contratada deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo:

- 6.15. a) confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados;
- 6.16. b) utilização de criptografia;
- 6.17. c) controle de acesso;
- 6.18. d) registro de logs;
- 6.19. e) realização de backups periódicos.

6.20. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo deverá ser assinado pelo representante legal da contratada, bem como pelos profissionais diretamente envolvidos na execução dos serviços.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

7.2. *Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.*

7.3. *As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.*

7.4. *O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.*

Preposto

7.5. *O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.*

7.6. *O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devendo, contudo, designar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, que atuará como ponto de contato com a Contratante durante toda a vigência do contrato.*

7.7. *O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.*

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10(dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.10.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.10.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.10.3 esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.10.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 7.10.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1 verificação da disponibilidade e do funcionamento da plataforma tecnológica e do aplicativo móvel utilizados na prestação do serviço;

7.18.2 acompanhamento do atendimento aos chamados técnicos e incidentes operacionais registrados pela Contratante; e

7.18.3 verificação do cumprimento das obrigações contratuais relacionadas à manutenção, atualização e suporte técnico da solução.

7.19. *A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.*

Fiscalização Administrativa

7.20. *O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.*

7.21. *Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.*

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.22.1 verificação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista da contratada durante a execução do contrato;

7.22.2 conferência das notas fiscais apresentadas pela contratada, verificando sua conformidade com os serviços efetivamente prestados; e

7.22.3 acompanhamento dos pagamentos realizados e eventual aplicação de glosas ou outras medidas administrativas previstas no contrato.

Gestor do Contrato

7.23. *Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:*

7.23.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.23.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23.8 Receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, considerando a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a medição mensal dos serviços prestados.

8.1.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.1.3 A avaliação da qualidade dos serviços será realizada por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que estabelecerá indicadores, metas e níveis mínimos de desempenho, conforme critérios abaixo:

8.1.4 I – Disponibilidade da Plataforma:

8.1.5 • Meta: mínimo de 99% de disponibilidade mensal;

8.1.6 • Apuração: monitoramento contínuo do sistema;

8.1.7 • Glosa: desconto proporcional no pagamento em caso de indisponibilidade superior ao limite estabelecido.

8.1.8 II – Tempo de Atendimento aos Chamados:

8.1.9 • Meta: atendimento inicial em até 2 horas para chamados críticos;

8.1.10 • Apuração: registros de chamados técnicos;

8.1.11 • Glosa: aplicação de desconto proporcional em caso de descumprimento.

8.1.12 III – Funcionamento do Aplicativo e Plataforma:

8.1.13 • Meta: pleno funcionamento das funcionalidades essenciais;

- 8.1.14 • Apuração: verificação por testes operacionais e registros de uso;
- 8.1.15 • Glosa: desconto em caso de falhas recorrentes.
- 8.1.16 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços.
- 8.1.17 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará, ainda;
- 8.1.18 Verificação da disponibilidade e funcionamento da plataforma tecnológica e do aplicativo móvel;
- 8.1.19 Verificação do atendimento aos chamados técnicos registrados pela Contratante; e
- 8.1.20 Verificação do cumprimento das obrigações contratuais relativas à manutenção, atualização e suporte da solução.
- 8.1.21 Prova de Conceito e condição para pagamento
- 8.1.22 8.1.X. A contratada deverá realizar Prova de Conceito previamente ao primeiro pagamento.
- 8.1.23 8.1.X.1. Será exigido mínimo de 70% das funcionalidades.
- 8.1.24 8.1.X.2. Caso não atinja 100%, terá prazo de 15 (quinze) dias corridos para ajustes.
- 8.1.25 8.1.X.3. O primeiro pagamento somente será realizado após a comprovação de 100% das funcionalidades, mediante:
 - 8.1.26 I) atesto do fiscal técnico;
 - 8.1.27 II) validação do gestor do contrato;
 - 8.1.28 III) emissão de Termo de Aceite.
- 8.1.29 8.1.X.4. O não cumprimento ensejará:
 - 8.1.30 • glosa;
 - 8.1.31 • penalidades;
 - 8.1.32 • rescisão contratual.

Recebimento

- 8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 8.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 8.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de prestação dos serviços.
- 8.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

- 8.8.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 8.9. *Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.*
- 8.10. *O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.*
- 8.11. *A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.*
- 8.12. *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*
- 8.13. *Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.*
- 8.14. *Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.*
- 8.15. *Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:*
- 8.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 8.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 8.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.15.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- 8.19.1 verificação da disponibilidade e funcionamento da plataforma tecnológica e do aplicativo móvel;
- 8.19.2 verificação do atendimento aos chamados técnicos registrados pela contratante; e
- 8.19.3 verificação do cumprimento das obrigações contratuais relativas à manutenção, atualização e suporte da solução.

Índice de Medição de Resultado (IMR)

8.20. A execução contratual será acompanhada mediante verificação periódica do funcionamento da solução tecnológica e da disponibilidade das funcionalidades críticas do sistema.

8.21. Considerando a natureza do objeto, caracterizado como prestação de serviço contínuo de disponibilização de plataforma tecnológica na modalidade Software como Serviço (SaaS), a avaliação da execução será realizada por meio da verificação da disponibilidade da solução, do funcionamento das funcionalidades essenciais e do cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

8.22. A indisponibilidade ou falha de funcionalidades críticas poderá ensejar aplicação de descontos proporcionais no pagamento mensal, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na legislação e no contrato.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. *Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.*

8.27. *A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.*

8.28. *A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:*

8.28.1 *verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;*

8.28.2 *identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.*

8.29. *Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.*

8.30. *Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.*

8.31. *Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.*

8.32. *Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.*

Prazo de pagamento

8.33. *O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.*

8.34. *Os preços poderão ser reajustados anualmente com base no Índice de Custo da Tecnologia da Informação – ICTI, nos termos do art. 24 da IN SGD nº 94/2022.*

Forma de pagamento

8.35. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.*

8.36. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

8.37. *Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.*

8.37.1 *Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.*

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. Não será admitida a antecipação de pagamento, considerando que os serviços serão executados de forma continuada e a medição ocorrerá após a efetiva prestação dos serviços.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento da contratação.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) Índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.48.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.48.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.48.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e

exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.48.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela contratante no prazo estabelecido..	Multa de 0,5% do valor mensal do contrato por dia útil de atraso, limitada a 10% do valor mensal.
2	Indisponibilidade injustificada da plataforma ou falha na prestação do serviço.	Aplicação de glosa proporcional no valor da fatura mensal, conforme período de indisponibilidade.
3	Não atendimento de chamados técnicos dentro de prazo razoável estabelecido pela contratante.	Advertência e, em caso de reincidência, multa de até 5% do valor mensal do contrato.
4	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual prevista neste Termo de Referência ou no contrato.	Advertência e, em caso de reincidência, multa de até 10% do valor mensal do contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;

68
9

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. *Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:*

9.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4 Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 0,5% (**zero vírgula cinco** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

9.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 5% (**cinco** por cento) do valor da contratação.

9.5. *A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.*

9.6. *Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.*

9.7. *Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.*

9.8. *Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.*

9.9. *A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.*

9.10. *A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

9.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. *Na aplicação das sanções serão considerados:*

9.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. *Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.*

9.13. *A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.*

9.14. *O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.*

9.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. *As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.*

9.16. *Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.*

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

10.2. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

10.2.1 A fixação do prazo de validade da proposta visa assegurar a estabilidade das condições ofertadas durante a tramitação do procedimento licitatório, garantindo à Administração tempo hábil para análise, julgamento e adjudicação do objeto, sem prejuízo da manutenção das condições inicialmente propostas.

10.3. A licitante vencedora deverá apresentar, previamente à assinatura do contrato, planilha detalhada de composição de custos, contemplando todos os elementos que compõem o valor ofertado, incluindo, no que couber, custos com licenciamento, infraestrutura, suporte técnico, manutenção, tributos, encargos e demais despesas necessárias à execução do objeto.

10.3.1. A planilha de custos deverá ser compatível com o valor final ofertado na proposta vencedora, sendo passível de análise pela Administração para fins de verificação da exequibilidade da proposta.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Licenciamento da Plataforma SaaS	Mensal	24		
2	Hospedagem e Infraestrutura	Mensal	24		
3	Suporte Técnico 24x7	Mensal	24		
4	Manutenção e Atualizações	Mensal	24		
5	Implantação (Setup inicial)	Único	1		
	TOTAL GERAL				

Regime de Execução

10.4. O regime de execução da contratação será o de empreitada por preço global, considerando que o objeto consiste na prestação de solução tecnológica integrada, de forma contínua e indivisível, não sendo viável sua fragmentação em unidades autônomas de execução.

10.5. A adoção do regime de empreitada por preço global justifica-se pela necessidade de garantir a entrega completa da solução, incluindo disponibilização da plataforma, suporte técnico, manutenção, atualizações e demais serviços associados, com responsabilidade integral da contratada durante toda a vigência contratual.

Exigências de habilitação

10.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



10.9. *Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

10.10. *Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

10.11. *Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.*

10.12. *Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

10.13. *Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;*

10.14. *Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.*

10.15. *Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).*

10.16. *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.17. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

10.18. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

10.19. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

10.20. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

- 10.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 10.26. Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 10.26.1 No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;
- 10.26.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

- 10.27. Para fins de habilitação técnica, o licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.28. A comprovação será realizada por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação.
- 10.29. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar a experiência do fornecedor na implantação, disponibilização ou operação de **plataformas tecnológicas, sistemas informatizados ou aplicativos com**



funcionalidades de comunicação, georreferenciamento ou gestão de ocorrências, ou soluções equivalentes.

10.30. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a prestação de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação, relacionados à implantação, fornecimento, operação ou manutenção de sistemas informatizados, plataformas tecnológicas ou aplicativos que envolvam funcionalidades de comunicação, georreferenciamento ou gestão de ocorrências.

10.31. A contratada deverá dispor de equipe técnica com qualificação compatível com a execução do objeto, sendo responsável pela adequada prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.

10.32. Considerando que o objeto da contratação consiste na disponibilização de solução tecnológica na modalidade Software como Serviço (SaaS), não se exige que a licitante seja desenvolvedora do sistema, mas sim que possua capacidade técnica para implantar, operar e manter a solução ofertada. Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnica foi definida de forma a garantir a experiência em soluções tecnológicas compatíveis, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

Qualificação Técnico

10.33. *Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

10.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.33.2 Experiência na prestação de serviços de tecnologia da informação, preferencialmente no modelo Software como Serviço (SaaS), pelo período mínimo de 1 (um) ano, admitido o somatório de atestados;

10.33.3 Execução de serviços que envolvam disponibilização de plataforma tecnológica com acesso via web e/ou aplicativo móvel;

10.33.4 Prestação de serviços que contemplem suporte técnico, manutenção e/ou monitoramento contínuo de sistemas;

10.33.5 Experiência em soluções que envolvam geolocalização, comunicação em tempo real ou gestão de eventos/ocorrências (desejável, quando aplicável).

10.33.6 Serão admitidos, para fins de comprovação, o somatório de diferentes atestados, inclusive relativos a serviços executados de forma concomitante.

10.33.7 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.33.8 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.33.9 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.39. Comprovar experiência mínima de 01 (um) ano na implantação, disponibilização ou operação de solução tecnológica compatível, mediante histórico e repositório e ano de publicação do aplicativo em uma das app store.

10.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Justificativa da exigência de qualificação técnica

10.43. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública quanto à implantação de solução tecnológica integrada para o gerenciamento de emergências em áreas rurais.

10.43.1 A exigência de comprovação de capacidade técnica por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado tem por finalidade assegurar que a licitante possui experiência prévia na implantação, fornecimento ou operação de sistemas informatizados ou plataformas tecnológicas compatíveis com o objeto da presente contratação.

10.43.2 Considerando que a solução a ser contratada envolve a disponibilização de plataforma tecnológica para acionamento de emergências, comunicação em tempo real, georreferenciamento e gestão de ocorrências, a comprovação de experiência prévia mostra-se necessária para garantir a



adequada execução do contrato, a continuidade do serviço e a confiabilidade da solução tecnológica, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Documentação complementar para cooperativas

10.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.44.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.44.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.44.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.44.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.44.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.44.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.44.6.1. ata de fundação;

10.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de e R\$ 4.129.999,92 (**quatro milhões, e cento e vinte nove mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos**), conforme custos unitários constantes no processo administrativo e na pesquisa de preços que fundamenta esta contratação.

11.2. O modelo de contratação considera a disponibilização da plataforma tecnológica em regime de Software como Serviço (SaaS), incluindo infraestrutura, suporte técnico, manutenção, atualizações e disponibilidade integral da solução. O valor mensal refere-se à disponibilização da plataforma e à prestação contínua do serviço, independentemente do número efetivo de propriedades cadastradas no sistema, até o limite estimado para dimensionamento da contratação.

11.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.4. A não decomposição detalhada dos custos unitários justifica-se em razão da natureza do objeto contratado, que consiste na prestação de solução tecnológica integrada no modelo Software como Serviço

(SaaS), cuja precificação é realizada de forma global pelos fornecedores, englobando diversos componentes indissociáveis, tais como licenciamento de software, infraestrutura tecnológica, suporte técnico, manutenção e atualizações.

11.5. Nesse contexto, a segregação individualizada dos custos não reflete a prática de mercado, podendo comprometer a competitividade do certame e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

11.6. Dessa forma, optou-se pela adoção de valor global estimado, com base em pesquisa de mercado, assegurando a economicidade, eficiência e viabilidade da contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

AÇÃO	REFERÊNCIA	Vínculo	MODALIDADE DE APLICAÇÃO
2568	1512	0	33390400000000000000 Serviços de tecnologia da informação

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas**.

Cronograma Físico Financeiro

A execução do objeto ocorrerá de forma contínua durante a vigência do contrato, sendo o pagamento realizado mensalmente, conforme os critérios de medição e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência.

Da parceria

No presente processo licitatório, a execução do objeto será conduzida de forma colaborativa entre a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção à Comunidade (SESPRO) e a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Cascavel (FUNDETEC), com responsabilidades específicas de acordo com as atribuições de cada entidade. Sendo a SESPPO, responsável pela demanda técnica, definição e descrição do objeto, elaboração do Termo de Referência, Pesquisa de Mercado, Mapa Comparativo e Estudo Técnico Preliminar, assim como, fica responsável pela fiscalização do contrato e integração e gestão operacional das ocorrências.

E a FUNDETEC, responsável pelo apoio técnico na fase de seleção da solução, etapa POC, a partir da integração de dois servidores lotados na Fundação, com formação técnica na área de tecnologia, como parte da comissão de avaliação do serviço a ser ofertado. Etapa essa que ocorrerá na fase de julgamento da proposta mais bem colocada.

Cascavel, 05 de março de 2026.



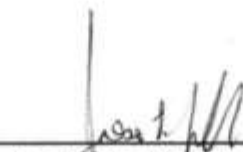
Integrante
Técnico

Aline Lilian Conti
Analista programador de sistemas
FUNDETEC
Matrícula 22043-1



Integrante
Técnico

Alexandre Gil de Lima
Coordenador Técnico
FUNDETEC
Matrícula 38435-02




José Erivaldo Zonfrilli
Matrícula nº 34308-05

Autoridade Máxima da Área de TIC



Claudiomar Antonio Vieira
Matrícula nº 28600-01



Secretário de Segurança Pública e Proteção à Comunidade de Cascavel

ANEXO I

(Processo Administrativo nº34214/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

"Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional."

- 1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – 'PREÇO', a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

"O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."

- 2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR CERTO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima – 'REAJUSTE', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

- 3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o ICTI – Índice de Custos de Tecnologia da Informação, mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL prevista em sua Cláusula Décima, que:

I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da EXTINÇÃO CONTRATUAL, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

5.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

03
94

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E
PROTEÇÃO À COMUNIDADE
DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO TERMO DE REFERÊNCIA

5.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6. Considerando a Resolução n.º 069/2024 da Procuradoria Geral do Município de Cascavel, informamos que, em seu item 4. 'DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS', deverá constar a seguinte redação:


4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

7. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

FUNÇÃO/ CONTRATO	NOME	MATRICULA	CARGO
Gestor	Eduardo Henrique Baby Carneiro da Silva	39654-1	Gerente Administrativo
Suplente do Gestor	Adilso Machado Barbosa	34073-2	Diretor da Divisão de Proteção à Comunidade
Fiscal	Ezequiel Cavalheiro da Silva	34109-2	Guarda Municipal
Suplente do Fiscal	Evandro Maycon Dos Santos	34104-2	Guarda Municipal

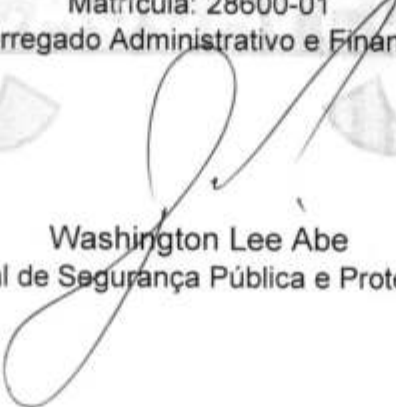
Cascavel, 05 de março de 2026.

Elaborado por:



Claudiomar Antonio Vieira
Matrícula: 28600-01
Encarregado Administrativo e Financeiro

Ciente,



Washington Lee Abe
Secretário Municipal de Segurança Pública e Proteção à Comunidade

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC
SERVIÇOS – LICITAÇÃO



MUNICIPIO DE CASCAVEL (PR)

(Processo Administrativo nº 34214/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
 ENTRE SI O MUNICIPIO DE CASCAVEL, E

O Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Renato Silva, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de solução e comunicação de tecnologia integrada, na modalidade de serviço (SaaS - Software as a Service), para fortalecimento da segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
...						

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1. O Termo de Referência;
- 2.3.2. O Edital da Licitação
- 2.3.3. A Proposta do contratado;
- 2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 meses** contados do(a) sua assinatura, prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do art. 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 3.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 3.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 3.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 3.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 3.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

3.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

6.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXXX;

9.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

9.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

14.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

14.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

14.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

14.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. Indenizações e multas.

14.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.8.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: [...];

- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...];
- VI) Nota de Empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Ao Município de Cascavel/PR

Ref.: Licitação [Número do certame]

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

ANEXO I – ROTEIRO DE PROVA DE CONCEITO (POC)

OBJETO: Contratação de solução tecnológica integrada (SaaS) para segurança pública rural.

1. INTRODUÇÃO E FINALIDADE

Este documento estabelece o roteiro técnico e os critérios de julgamento para a Prova de Conceito (POC), conforme exigido no item 6 e 10 do Termo de Referência. A POC visa certificar a adequação entre a solução ofertada pela licitante e os requisitos técnicos indispensáveis solicitados no item 5 do Termo de Referência elaborado junto a Secretaria de Segurança Pública do Município de Cascavel.

2. COMISSÃO AVALIADORA

A comissão será formada por dois servidores lotados na Fundetec, Sra. Aline Lilian Conti, matrícula nº. 22043-1, Analista programador de sistemas, e o Sr. Alexandre Gil de Lima, matrícula nº. Coordenador Técnico. E dois servidores lotados na Secretaria de Segurança e Proteção à Comunidade, Sr. Claudiomar Antonio Vieira, matrícula nº. 28600-01, Encarregado Administrativo e Financeiro e o Sr. Eduardo Henrique Baby, matrícula nº. 39654-01, Gerente de Planejamento, Gestão e Finanças.

3. CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO

Para garantir a integridade e a confiabilidade da solução de segurança, a aprovação na POC observará as seguintes regras de conformidade e consenso:

- 3.1.** A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas. Através do preenchimento da lista de verificação contida neste anexo.

- 3.2. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.
- 3.3. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 3.4. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.
- 3.5. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.
- 3.6. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada ou que não cumprir com as condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 3.7. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.
- 3.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e via órgão oficial do município de Cascavel.
- 3.9. Para a avaliação, será utilizada a lista de verificação a seguir, devendo cada avaliador preencher uma via e assiná-la ao final.



ID	Requisito (Descrição Funcional Mínima)	Módulo	Satisfatório		Observações
			Sim	Não	
RF-001	Disponibilizar aplicativo móvel nativo compatível com Android (Google) e iOS (Apple).	Plataforma / App Móvel	()	()	Obrigatório (Eliminatório)
RF-002	Notificar automaticamente propriedades vizinhas (cadastradas no sistema) sobre a ocorrência, em um raio mínimo configurável de 50 km.	Plataforma / Alertas	()	()	Obrigatório (Eliminatório)
RF-003	Permitir o acompanhamento em tempo real, pelo App Móvel e pela Central, de ocorrências registradas no sistema, em um raio mínimo de 50 km.	Central de Operações / App Móvel	()	()	Obrigatório (Eliminatório)
RF-004	Possibilitar que a Central de Operações se comunique (via chat) com as propriedades alertadas pela emergência.	Central de Operações / Comunicação	()	()	Obrigatório (Eliminatório)
RF-005	Permitir o acionamento de emergência (S.O.S.) com georreferenciamento automático da localização da propriedade cadastrada.	App Móvel	()	()	
RF-006	Permitir o envio das informações da emergência (mensagem de texto, imagem, localização GPS e rota de acesso compatíveis com os aplicativos de GPS googlemaps e waze) para a Central de Operações.	App Móvel / Comunicação	()	()	
RF-007	Permitir que a Central de Operações envie (despache) as coordenadas do local do S.O.S. e rota de acesso compatíveis com os aplicativos de GPS googlemaps e waze para viaturas operacionais com acesso à internet, exibindo detalhes do trajeto via navegador web.	Central de Operações / Despacho	()	()	
RF-008	Permitir o licenciamento de até 5 (cinco) aparelhos (smartphones) por propriedade para o chamamento de emergências funcionando simultaneamente.	App Móvel / Gestão de Contas	()	()	
RF-009	Oferecer opções de fácil identificação (tipificação) da ocorrência pelo usuário (ex: invasões de terras, acidentes graves, roubos, incêndios, picadas de cobras etc.).	App Móvel	()	()	



RF-010	Possibilitar comunicação direta (via chat) da vítima com a Central de Operações através do aplicativo.	App Móvel / Comunicação	()	()	
RF-011	Possibilitar a confirmação de recebimento do chamado S.O.S. pela Central, exibida no aplicativo da vítima para garantir sua tranquilidade. E a confirmação para a central de Operações do recebimento e visualização das mensagens por parte do usuário.	Plataforma / Comunicação	()	()	
RF-012	Possibilitar a geração de relatórios estatísticos gerais das ocorrências e "mapas de calor" para subsidiar operações e o planejamento de políticas públicas de segurança. Bem como o fácil acesso ao histórico de chamados e todas as suas informações geradas durante o chamado, como fotos, histórico de conversas pelo chat, horários de cada acionamento, etc.	Central de Operações / Relatórios (B.I.)	()	()	
RF-013	Geofencing: permitir que o alerta seja acionado (ou validado) quando o usuário estiver a uma distância máxima de até 1 km das coordenadas registradas da propriedade.	App Móvel / Geofencing	()	()	
RF-014	Múltiplas propriedades: permitir que o mesmo usuário possa cadastrar, gerenciar e selecionar mais de uma propriedade em sua conta.	App Móvel / Gestão de Contas	()	()	


Cascavel, __ de _____ de 2026.

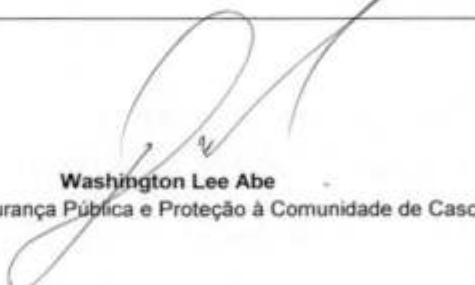
AVALIADOR

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 002/2023– SEPLAG

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Fornecedor 1 - Grupo Tatiko Operacional Monitoramento 24 Horas LTDA (33.597.354/0001-14)	Fornecedor 2 - Master 24 horas Operações Agro LTDA	Fornecedor 3 - Vigebeirão Segurança Privada LTDA (54.773.566/0001-95)	Média aritmética	Mediana	Menor Valor	Máxima Aceitável
				VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO				
1	1	UND.	Solução tecnológica integrada, na modalidade de serviço (SaaS – Software as a Service), para fortalecimento da segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel CATSER - 26050	R\$ 4.243.200,00	R\$ 3.540.000,00	R\$ 4.606.800,00	R\$ 4.130.000,00	R\$ 4.243.200,00	R\$ 3.540.000,00	R\$ 4.129.999,92
Justificativa para a escolha da metodologia e descon sideração de valores, quando aplicável:				R\$ 4.243.200,00	R\$ 3.540.000,00	R\$ 4.606.800,00	R\$ 4.130.000,00	R\$ 4.243.200,00	R\$ 3.540.000,00	R\$ 4.129.999,92
				<p>A seleção considerou, ainda, a atuação no segmento, a disponibilidade de soluções aderentes às necessidades da Administração e a aptidão para fornecer propostas compatíveis com os requisitos técnicos estabelecidos, garantindo a obtenção de parâmetros de mercado confiáveis.</p> <p>Destaca-se que a pesquisa contemplou múltiplos fornecedores, de forma a assegurar a competitividade, a isonomia e a obtenção de estimativa de preços baseada em valores praticados no mercado, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.</p>						

Cascavel, 06 de Março de 2026


Claudionir Antonio Vieira
Matrícula nº 28600-01


Washington Lee Abe
Secretário de Segurança Pública e Proteção à Comunidade de Cascavel

13 58



MUNICÍPIO DE CASCAVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO
À COMUNIDADE

Portaria nº 11/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção à Comunidade no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos estores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a Contratação de solução tecnológica integrada, na modalidade de serviço (SaaS – Software as a Service), para fortalecimento da segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel, iniciada através do Processo Administrativo/Digital de Compra nº 34214/2026.

FUNÇÃO/ CONTRATO	NOME	MATRICULA	CARGO	ASSINATURA
Fiscal	Ezequiel Cavalheiro da Silva	34109-2	Guarda Municipal	
Suplente de Fiscal	Evandro Maycon Dos Santos	34104-2	Guarda Municipal	
Gestor	Eduardo Henrique Baby Carneiro da Silva	39654-1	Gerente Administrativo	
Suplente de gestor	Adilso Machado Barbosa	34073-1	Diretor da Divisão	

Cascavel, 06 de março de 2026.

Washington Lee Abe
Secretário Municipal SESPPRO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO Nº 34214/2026

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar caracteriza a etapa inicial do planejamento para a contratação de solução tecnológica destinada ao fortalecimento da segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel. O objetivo é avaliar a viabilidade técnica, econômica e jurídica da implantação de sistema integrado de monitoramento e resposta rápida, visando ampliar a proteção da população rural e otimizar a atuação da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

Evidência do Problema Identificado: A Dupla Vulnerabilidade da Zona Rural

Esta Administração Pública identifica um problema de segurança e proteção pública de natureza complexa e urgente, caracterizado por uma dupla vulnerabilidade que afeta os cidadãos e o patrimônio localizados na vasta área rural do Município de Cascavel.

- a) **Vulnerabilidade Primária (Risco Iminente):** A exposição contínua a eventos de alto risco, que demandam resposta imediata do Poder Público, incluindo:
- **Crimes Patrimoniais e Organizados:** Ações criminosas especializadas no meio rural, como roubo de defensivos agrícolas, maquinário de alto valor. Cabe ressaltar que a percepção local de insegurança permanece elevada. Demandas recorrentes da comunidade local apontam para um "clima de tensão e insegurança", exigindo maior eficácia na resposta a invasões e delitos.
 - **Incêndios e Riscos Ambientais:** A elevada incidência de incêndios florestais e em vegetação, que ameaçam o patrimônio produtivo, o meio ambiente e as vidas, exigindo uma resposta ultrarrápida do Corpo de Bombeiros.
 - **Emergências de Saúde e Defesa Civil:** Acidentes com maquinário agrícola, emergências médicas agudas (ex: AVC, infarto) e desastres naturais, onde o tempo-

resposta é o fator determinante para a preservação da vida.

- b) **Vulnerabilidade Secundária:** A incapacidade fática do cidadão rural de acionar os serviços de emergência no momento da ocorrência. A análise da causa-raiz demonstra que o problema central não é apenas a existência do crime a própria inviabilidade fática de acionamento rápido do pedido de socorro (Vulnerabilidade Secundária).

A Real Necessidade Gerada pelo Problema

A demora em acionar os serviços de segurança transforma um incidente gerenciável (ex: um princípio de incêndio) em uma catástrofe (perda total da propriedade) ou um crime de roubo em um evento de extremo risco à vida (roubo com reféns), dada a certeza da impunidade e a ausência de resposta rápida.

Portanto, a necessidade real que esta contratação visa sanar é: **"Restabelecer a capacidade de pronta resposta do Poder Público na zona rural, mitigando a vulnerabilidade fática de acionamento rápido da comunicação por meio de uma solução tecnológica que garanta o acionamento de emergência, a localização geográfica precisa e integrada com as forças de segurança"**

O tempo de resposta é o ativo mais crítico em segurança pública. As forças de segurança dependem de um *acionamento*. Sem um canal de comunicação funcional, esses valiosos recursos públicos tornam-se inócuos, aguardando em suas bases por um chamado que nunca chega a tempo.

Motivação, Breve Histórico e Alinhamento ao Planejamento Municipal

A presente contratação não é uma ação isolada, mas sim a resposta técnica a uma demanda pública consolidada e alinhada ao planejamento estratégico do Município, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

Motivação e Histórico da Demanda:

A segurança rural evoluiu de uma postura passiva para uma necessidade proativa, impulsionada pela especialização do crime e pela maior complexidade das emergências. Ações como a Força Rural Comunitária foram insuficientes. A sociedade civil organizada tem sido enfática ao apontar a falha de comunicação como o principal entrave para a segurança no campo, suplicando por soluções tecnológicas.

Alinhamento Estratégico (PPA e LDO):

Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 (Lei Ordinária Nº 7.820/2025): A contratação alinha-se às metas de investimento em segurança. Durante a formulação do PPA, foi amplamente noticiado que, além das áreas tradicionais (saúde, educação), a "população tem demandando investimentos em outras áreas, como obras, **segurança** e meio ambiente, que também receberam atenção especial no planejamento".

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025 (Lei Nº 7.701/2024): Este é o instrumento que autoriza a alocação de recursos para cumprir as metas do PPA, incluindo a modernização tecnológica da segurança pública.

Plano Diretor Municipal (Lei Complementar Nº 91/2017): O Plano Diretor define as políticas de desenvolvimento urbano e expansão rural. Ao reconhecer a vasta área rural e os distritos como parte integrante do município, o Poder Público assume o dever de prover infraestrutura e serviços essenciais, incluindo segurança, nessas localidades.

Conforme o Art. 6º, XX, da Lei 14.133/2021, este ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução.

O objetivo deste estudo é, portanto, analisar o problema (vulnerabilidade rural), caracterizar a necessidade (comunicação de emergência resiliente) e definir os requisitos técnicos e de escopo (a solução) que permitam à Administração avaliar a viabilidade da contratação e, posteriormente, instruir a elaboração do Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico.

A solução buscada é complexa e os requisitos definidos (em até 5.000 unidades cadastradas, com chamadas entre vizinhos no raio de no mínimo 50km - chamado entre vizinhos) são interdependentes e essenciais para o sucesso da política pública.

Requisito: Capacidade de atendimento de até 5.000 propriedades rurais (com 05 usuários por propriedade)

Justificativa: A definição do quantitativo é crucial para a viabilidade da contratação.

Os dados do município **apontam cerca de 4.500 imóveis rurais cadastrados em Cascavel**. A meta de universalização do serviço é que alcance até 5.000 (cinco mil) propriedades. Ele garante que a solução contratada tenha escalabilidade para cobrir 100% do público-alvo (estimativa máxima de propriedades existentes e futuras), em conformidade com o princípio da eficiência e da isonomia, evitando a necessidade de futuras e custosas ampliações de contrato ou a exclusão de cidadãos do serviço.

A exigência de um "raio mínimo de 50 km" visa garantir que os vizinhos das propriedades que estão acionando o sistema possam receber o sinal de "pânico" da propriedade, criando uma rede



colaborativa entre as propriedades rurais. A inclusão desse requisito está na possibilidade de colaboração entre as propriedades e maior rapidez na resolução das ocorrências, dentro da área de 50km.

Justificativa (Eliminação do "Tempo de Triagem")

O acionamento de um alerta é apenas o primeiro passo; a eficácia da resposta depende da velocidade e precisão da informação.

Localização (Georreferenciamento): O acionamento de um "botão" sem georreferenciamento é inútil em áreas rurais. O endereço (ex: "Lote 23, Estrada Rural") é insuficiente para uma viatura de emergência que precisa de tempo-resposta em segundos. A solução *deve* transmitir as coordenadas geográficas exatas da propriedade (baseadas em cadastros prévios) no momento do acionamento.

Integração (Sem Intermediários): A solução não pode terminar em um "call center" privado que *então* liga para o 190 ou 153. Isso adiciona um "atravessador" humano, latência e um ponto de falha. A necessidade é de *integração tecnológica* (via API ou protocolos similares) para que o alerta (com as coordenadas) seja injetado *diretamente* no sistema de despacho da Central de atendimento da Secretaria de Segurança de Cascavel, com acionamento de outras forças de segurança como corpo de bombeiro ou ambulâncias, como apoio.

Esta automação da localização e do despacho elimina o tempo de "triagem" e "localização verbal", erros na localização e trotes, permitindo que a viatura mais próxima seja despachada em segundos, em vez de minutos (ou horas), diretamente para o local exato do fato.

Justificativa para o não enquadramento no Sistema de Registro de Preços (SRP)

A presente contratação não será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, pois o objeto consiste na prestação de serviço contínuo de solução tecnológica na modalidade Software como Serviço (SaaS), que exige implantação, parametrização, integração com a Central de Operações e suporte técnico permanente.

Trata-se de serviço de natureza continuada e com escopo previamente definido, cuja execução demanda relação contratual estável com o fornecedor, não se caracterizando como aquisição eventual, parcelada ou com demanda imprevisível, hipóteses em que o SRP se mostra mais adequado.

Dessa forma, a contratação por meio de procedimento licitatório com celebração de contrato administrativo específico mostra-se a alternativa mais eficiente para atendimento da necessidade

pública identificada.

2 –DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A solução pretendida é caracterizada como a prestação de serviços contínuos de Software. Esta modalidade é considerada a mais vantajosa, pois engloba o fornecimento de licenças de uso de uma plataforma tecnológica completa.

Os requisitos foram definidos em conformidade com as orientações legais e normativas, abstendo-se de especificações excessivas, desnecessárias ou que direcionem a marcas específicas, de modo a não frustrar o caráter competitivo do certame. As especificações constituem requisitos mínimos de *desempenho operacional, escala e parametrização* da plataforma, essenciais para o atendimento da demanda de segurança pública do Município.

A solução ideal deverá permitir que estes parâmetros sejam configurados pela Administração.

Requisitos Funcionais e Técnicos da Solução

Os requisitos funcionais descrevem as ações e capacidades que a solução deve obrigatoriamente executar para atender à necessidade da Administração. A tabela a seguir consolida e categoriza as funcionalidades mínimas exigidas para a plataforma.

Tabela: Matriz de Requisitos Funcionais da Solução

ID	Requisito (Descrição Funcional Mínima)	Módulo da Solução	Obrigatório
RF-001	Disponibilizar aplicativo móvel nativo compatível com Android (Google) e iOS (Apple).	Plataforma / App Móvel	Obrigatório
RF-002	Permitir o acionamento de emergência (S.O.S.) com georreferenciamento automático da localização do usuário e/ou da propriedade cadastrada.	App Móvel	Obrigatório
RF-003	Enviar automaticamente as informações da emergência (mensagem de texto, imagem, localização GPS e rota de acesso compatíveis com os aplicativos de GPS googlemaps e waze) para a Central de Operações.	App Móvel / Comunicação	Obrigatório
RF-004	Permitir que a Central de Operações envie (despache) as coordenadas do local do S.O.S. e rota de acesso compatíveis com os	Central de Operações /	Obrigatório



	aplicativos de GPS googlemaps e waze para viaturas operacionais com acesso à internet, exibindo detalhes do trajeto via navegador web.	Despacho	
RF-005	Notificar automaticamente propriedades vizinhas (cadastradas no sistema) sobre a ocorrência, em um raio mínimo configurável de 50 km.	Plataforma / Alertas	Obrigatório
RF-006	Permitir o licenciamento de até 5 (cinco) aparelhos (smartphones) por propriedade para o chamamento de emergências funcionando simultaneamente.	App Móvel / Gestão de Contas	Obrigatório
RF-007	Permitir o acompanhamento em tempo real, pelo App Móvel e pela Central, de ocorrências registradas no sistema, em um raio mínimo de 50 km. Com atualização constante das informações de georreferenciamento em períodos de no máximo 60 segundos.	App Móvel	Obrigatório
RF-008	Oferecer opções de fácil identificação (tipificação) da ocorrência pelo usuário (ex: invasões de terras, acidentes graves, roubos, incêndios, picadas de cobras etc.).	Central de Operações / Gestão	Obrigatório
RF-09	Permitir o acompanhamento remoto (status) das ocorrências em andamento pela Central, no raio de pelo menos 50 km da propriedade.	App Móvel / Comunicação	Obrigatório
RF-010	Possibilitar comunicação direta (via chat) da vítima com a Central de Operações através do aplicativo.	Central de Operações / Comunicação	Obrigatório
RF-011	Possibilitar que a Central de Operações se comunique (via chat) com as propriedades alertadas pela emergência.	Plataforma / Comunicação	Obrigatório
RF-012	Possibilitar a confirmação de recebimento do chamado S.O.S. pela Central, exibida no aplicativo da vítima para garantir sua tranquilidade. E a confirmação para a central de Operações do recebimento e visualização das mensagens por parte do usuário.	<i>Serviço (Tratado na Seção 2.6)</i>	Obrigatório
RF-013	Garantir suporte técnico contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana).	Central de Operações / Relatórios (B.I.)	Obrigatório
RF-014	Possibilitar a geração de relatórios estatísticos gerais das ocorrências e "mapas de calor" para subsidiar operações e o planejamento de políticas públicas de segurança. Bem como o fácil acesso ao histórico de chamados e todas as suas	App Móvel / Geofencing	Obrigatório

	informações geradas durante o chamado, como fotos, histórico de conversas pelo chat, horários de cada acionamento, etc.		
RF-015	Geofencing: permitir que o alerta seja acionado preferencialmente (ou validado) quando o usuário estiver a uma distância de até 1 km das coordenadas registradas da propriedade.	App Móvel / Gestão de Contas	Obrigatório
RF-016	Múltiplas propriedades: permitir que o mesmo usuário possa cadastrar, gerenciar e selecionar mais de uma propriedade em sua conta.	App Móvel / Gestão de Contas	Obrigatório

A análise conjunta dos requisitos da Tabela, revela uma complexidade técnica significativa em geoprocessamento, que deve ser considerada no levantamento de mercado e na estimativa de custos deste ETP.

A solução exigida vai além de um simples aplicativo que envia coordenadas GPS. Ela deve operar como um sistema de *geointeligência* em tempo real. O requisito de acionamento a 1km da propriedade) define a necessidade de tecnologia de *Geofencing* (cerca virtual), que valida a localização do usuário em relação a um polígono (propriedade) previamente cadastrado. O requisito de múltiplas propriedades exige que o sistema gerencie múltiplas cercas virtuais por usuário.

Simultaneamente, o requisito RF-007 ("acompanhamento em tempo real num raio mínimo de 50 km") exige uma *Análise de Proximidade* contínua, onde o aplicativo deve consumir um *stream* de dados de outras ocorrências e alertar o usuário sobre eventos em seu entorno. A capacidade de processar, em tempo real, múltiplas operações de *Geofencing* e Análises de Proximidade para todos os usuários ativos é um requisito técnico crítico e não-trivial, que distingue a solução necessária de aplicativos de pânico mais simples.

Requisitos de Padrão de Qualidade e Desempenho (Não-Funcionais)

Para uma solução de segurança pública, onde a falha pode implicar risco à vida, os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho são requisitos essenciais e vinculados à própria finalidade do objeto.

Acordo de Nível de Serviço (ANS) e Disponibilidade (Uptime)

A solução (Plataforma SaaS, incluindo App e Central) deve operar em regime de alta

disponibilidade. A natureza crítica do serviço exige:

- Disponibilidade Mínima (Uptime): A Contratada deverá garantir uma disponibilidade mínima de 89% (oitenta e nove por cento) para todas as funcionalidades críticas da plataforma (especialmente Acionamento S.O.S., Comunicação, Despacho e Georreferenciamento).
- Medição: A disponibilidade deve ser medida mensalmente, considerando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Desempenho, Tempo de Resposta e Confiabilidade

O "pronto restabelecimento" e a resposta imediata são vitais. A solução deve garantir:

- Tempo de Resposta do S.O.S.: O tempo total transcorrido entre o acionamento do S.O.S. pelo usuário no App (RF-002) e a sinalização (visual e sonora) na tela do operador da Central de Operações deverá ser respondida o mais rápido possível. Embora acionada manualmente pelo operador, a confirmação de recebimento (RF-012) deve ser quase instantânea após a recepção pela Central.
- Confiabilidade: A solução deve garantir a integralidade, a ordem cronológica e o não-repúdio das mensagens e alertas trocados entre a vítima e a Central (RF-003, RF-010).

Escalabilidade e Usabilidade

A solução deve ser escalável para suportar o crescimento da demanda (aumento do número de propriedades e usuários cadastrados) sem degradação de performance. As interfaces do App Móvel (RF-001) e da Central (RF-009) devem seguir as melhores práticas de Experiência do Usuário (UX/UI Design), garantindo facilidade de uso pela vítima (em situação de estresse) e pelo operador da Central (em ambiente de alta demanda).

Requisitos Legais, Normativos e de Segurança da Informação

A solução deve aderir estritamente aos requisitos legais, regulatórios e de segurança da informação, sendo esta uma dimensão crítica da contratação, dado o manuseio de dados pessoais sensíveis.

- O objeto desta contratação — que inclui geolocalização em tempo real (RF-002), dados de vítimas (RF-010), rotas (RF-003) e "movimentação do crime" (RF-007) — implica o tratamento de *dados pessoais sensíveis* em larga escala. Um incidente de segurança ou vazamento de dados de localização de uma vítima ou de rotas de viaturas (RF-004) teria consequências legais, operacionais para a Administração Pública.

Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Contratada deverá garantir, em todos os níveis da solução (software, banco de dados, infraestrutura, suporte), a conformidade plena e inafastável com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

- **Papéis:** A Secretaria Municipal de Segurança Pública atuará como *Controladora* dos dados, e a Contratada atuará como *Operadora*. O contrato deverá detalhar rigorosamente as obrigações da Operadora, incluindo a vedação de uso dos dados para qualquer finalidade alheia ao objeto contratado.
- **Classificação de Dados:** A solução deve ser capaz de tratar os dados conforme sua classificação (pessoais, sensíveis, sigilosos).

Requisitos de Segurança da Informação (Técnicos)

- **Criptografia:** Toda a comunicação entre o App Móvel e a Central de Operações (RF-003, RF-010) deve ser protegida por criptografia *em trânsito* (ex: protocolo TLS 1.2 ou superior). Todos os dados pessoais sensíveis (dados de usuários, localizações, ocorrências, mensagens) devem ser armazenados com criptografia *em repouso* (at-rest) no banco de dados.
- **Logs de Auditoria:** A solução deve gerar logs de auditoria detalhados e invioláveis de todas as ações críticas (Logon, acesso a dados de ocorrências, exportação de relatórios), permitindo a rastreabilidade e a responsabilização (*Accountability*).

Requisitos de Sustentabilidade (Dimensões Social, Ambiental e Econômica)

Em atendimento direto ao Art. 11, IV, da Lei 14.133/2021 (promoção do desenvolvimento nacional sustentável) e às orientações do Manual de ETP, a contratação deverá prever critérios de sustentabilidade. Para uma contratação de software (SaaS), estes critérios são traduzidos em requisitos técnicos verificáveis.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Suporte Técnico

Este item detalha o requisito funcional essencial para a modalidade de contratação SaaS.

Suporte Técnico (Reativo)

A Contratada deve prover um serviço de suporte técnico para o atendimento de incidentes classificados como *críticos* (ex: indisponibilidade geral do sistema, falha no acionamento do S.O.S.)

ou altos.

Manutenção Corretiva, Adaptativa e Evolutiva

A Contratada deve garantir:

- **Manutenção Corretiva:** A correção de todos os *bugs* e falhas de funcionamento da plataforma sem ônus adicional para a Administração.
- **Manutenção Adaptativa:** A atualização contínua do aplicativo móvel (RF-001) para garantir sua compatibilidade e pleno funcionamento em novas versões dos sistemas operacionais Android e iOS lançadas durante a vigência do contrato. Este requisito é vital para evitar a obsolescência da solução.
- **Manutenção Evolutiva:** A disponibilização de novas versões (*releases*) da plataforma (software da Central e App), com melhorias e novas funcionalidades, sem custo adicional, conforme política de atualização do produto.

Requisitos de Implantação, Treinamento e Documentação

A Contratada será responsável pela disponibilização da solução, de acordo com o Cronograma da Contratante.

Implantação e Configuração

A Contratada deverá realizar a implantação completa da solução, incluindo a instalação e configuração da plataforma na Central de atendimento e a disponibilização dos aplicativos nas lojas oficiais (Google Play Store e Apple App Store). A implantação inclui a parametrização inicial do sistema, como a configuração dos raios de alerta (RF-005, RF-007) e o auxílio no cadastro inicial das propriedades e cercas virtuais (RF-015), além do treinamento inicial do sistema em conjunto com a equipe técnica da Secretaria.

Capacitação e Treinamento

A Contratada deverá prover treinamento presencial inicial (ou remoto síncrono) para todos os operadores da Central de Operações e para os administradores do sistema.

Normativas e Referenciais Aplicáveis

A presente contratação observará as disposições da legislação e normativas aplicáveis às contratações públicas, especialmente:

- Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Decreto Municipal nº 17.696/2023, que regulamenta os procedimentos de contratações públicas no âmbito do Município;
- Instrução Normativa nº 006/2023 – SEPLAG, que dispõe sobre os procedimentos para elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, no que couber;
- demais normas técnicas aplicáveis a soluções de tecnologia da informação e segurança da informação.

Tais normativas orientam a definição dos requisitos técnicos, legais e operacionais da solução, garantindo conformidade jurídica e administrativa da futura contratação.

Sustentabilidade

Nos termos do art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, a contratação deverá observar critérios de sustentabilidade.

No caso específico desta contratação, que se caracteriza como solução tecnológica baseada em software (SaaS), os critérios de sustentabilidade aplicáveis concentram-se principalmente nas dimensões social, econômica e ambiental indireta, conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

Destacam-se os seguintes aspectos:

- Sustentabilidade Social: A solução contribui diretamente para a melhoria da segurança pública no meio rural, ampliando a capacidade de resposta das forças de segurança e reduzindo a vulnerabilidade das comunidades rurais.
- A implementação da ferramenta tecnológica fortalece a integração entre Poder Público e sociedade, incentivando práticas de segurança comunitária e colaboração entre propriedades rurais.
- Sustentabilidade Econômica: A contratação de solução tecnológica em modelo Software as a Service (SaaS) evita investimentos elevados em infraestrutura própria de tecnologia, reduzindo custos de aquisição de hardware, manutenção e atualização tecnológica. Além disso, a escalabilidade da solução permite sua ampliação gradual conforme a adesão de usuários, garantindo melhor racionalização dos recursos públicos.
- Sustentabilidade Ambiental: Por se tratar de solução baseada em plataforma digital, a contratação contribui para a redução do consumo de materiais físicos e documentos

impressos, além de dispensar a aquisição de equipamentos dedicados adicionais. Dessa forma, a solução apresenta impacto ambiental reduzido quando comparada a soluções baseadas em infraestrutura física própria.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

Considerando que a solução será disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), a garantia, manutenção e suporte técnico constituem elementos essenciais da contratação.

A contratada deverá assegurar:

- manutenção corretiva, para correção de falhas ou erros de funcionamento;
- manutenção adaptativa, garantindo compatibilidade com novas versões dos sistemas operacionais móveis;
- manutenção evolutiva, com atualização da plataforma e melhorias tecnológicas;
- suporte técnico contínuo para atendimento de incidentes e falhas operacionais.

Esses requisitos são indispensáveis para assegurar a continuidade do serviço e a confiabilidade da solução, especialmente em razão da natureza crítica da aplicação para segurança pública.

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como prestação de serviço tecnológico continuado no modelo Software como Serviço (SaaS), com pagamento vinculado à efetiva disponibilização da solução e à prestação contínua de suporte e manutenção, entende-se que não se mostra necessária a exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

A adoção dessa medida busca preservar a competitividade do certame, sem comprometer a segurança da execução contratual, uma vez que o contrato contará com mecanismos de fiscalização, sanções administrativas e demais instrumentos previstos na legislação para assegurar o cumprimento das obrigações pela contratada.

Necessidade de Vistoria Técnica

Não se verifica necessidade de realização de vistoria técnica prévia. A solução pretendida consiste na disponibilização de plataforma tecnológica baseada em software, sem a necessidade de instalação de infraestrutura física relevante nas dependências da Administração.

Dessa forma, todas as informações necessárias para formulação das propostas poderão ser disponibilizadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, não sendo exigida vistoria.

Subcontratação

A subcontratação poderá ser admitida parcialmente, desde que previamente autorizada pela Administração, e limitada a até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, restrita a atividades acessórias ou de suporte técnico especializado.

Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratado, devendo a empresa vencedora permanecer integralmente responsável pela gestão da plataforma, pela segurança da informação e pela prestação dos serviços essenciais.

A possibilidade de subcontratação parcial visa permitir a participação de empresas especializadas em determinados componentes tecnológicos, sem comprometer a responsabilidade principal da contratada perante a Administração.

Natureza do Serviço – Serviço Contínuo

A solução pretendida caracteriza-se como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Isso ocorre porque a plataforma tecnológica deverá permanecer disponível de forma ininterrupta, garantindo o acionamento de emergências e a comunicação entre cidadãos e forças de segurança em regime permanente. A interrupção do serviço poderia comprometer diretamente a segurança dos usuários e a capacidade operacional das forças de segurança, razão pela qual a prestação deve ocorrer de forma contínua durante toda a vigência contratual.

3 – CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.

Fundamentação: O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do § 1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e Portaria 0107/2023 - SEPLAG.)

No que refere ao catálogo eletrônico de padronização foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e



justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

Com base no levantamento de mercado realizado, optou-se pela contratação de solução tecnológica no modelo Software como Serviço (SaaS), por se tratar da alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

A solução em modelo SaaS permite a disponibilização de plataforma integrada de segurança, acessível via web e dispositivos móveis, contemplando funcionalidades como acionamento emergencial, geolocalização em tempo real, comunicação direta com a central de operações e envio de alertas a usuários previamente cadastrados.

Dentre as alternativas analisadas, verificou-se que o desenvolvimento de solução própria demandaria elevado investimento inicial, maior prazo de implantação e necessidade de equipe técnica especializada para manutenção contínua, o que não se mostra vantajoso para a Administração.

Por sua vez, soluções baseadas exclusivamente em hardware não atendem integralmente às necessidades do Município, tendo em vista a ausência de integração digital, limitação de escalabilidade e restrições quanto ao monitoramento em tempo real e gestão centralizada das ocorrências.

A contratação de solução SaaS apresenta, ainda, benefícios relevantes como:
rápida implementação;

- Atualização contínua da plataforma;
- Alta disponibilidade do serviço;
- Escalabilidade conforme a demanda;
- Redução de custos com infraestrutura própria;
- Suporte técnico especializado.

Além disso, o modelo adotado permite maior previsibilidade orçamentária, com custos distribuídos ao longo da vigência contratual, e garante maior eficiência na prestação do serviço público de segurança.

Dessa forma, a solução escolhida mostra-se tecnicamente adequada, economicamente viável e alinhada às necessidades da Secretaria de Segurança, contribuindo para a melhoria da capacidade de resposta em situações emergenciais e para o fortalecimento das políticas públicas de segurança no Município.

Não foram identificadas contratações anteriores no âmbito deste Município com objeto idêntico ou similar que pudessem ser utilizadas como parâmetro direto para a presente contratação.



Ressalta-se que a solução pretendida possui caráter inovador no contexto da Administração Municipal, especialmente no que se refere à integração tecnológica para segurança rural.

Dessa forma, a ausência de contratações anteriores não compromete a viabilidade da contratação, tendo em vista que a pesquisa de mercado foi devidamente realizada com fornecedores especializados, garantindo a adequação técnica e econômica da solução escolhida.

Metodologia da Pesquisa e Análise Estrutural do Objeto

Em conformidade com o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, esta pesquisa de preços visa subsidiar a definição do valor estimado da contratação. A metodologia adotada baseia-se na análise de contratos públicos anteriores, parâmetros de mercado e na desagregação do objeto em componentes de custo, conforme permitido pela legislação. A premissa desta análise é garantir a compatibilidade entre a necessidade pública (Seção 1) e os requisitos técnicos (Seção 2), que apresentam uma contradição técnica que deve ser resolvida para a correta formação do preço.

Objeto da Contratação e Pesquisa de Preços

Objeto da Contratação

- Objeto: Contratação de solução tecnológica integrada de segurança rural na modalidade de prestação de serviços contínuos de Software (SaaS), para fortalecer a segurança pública em áreas rurais do Município de Cascavel/PR.
- Escopo Resumido: Fornecimento de uma plataforma completa de acionamento, gestão, comunicação e monitoramento de emergências, incluindo aplicativo móvel (Android e iOS), plataforma web para Central de Operações a ser disponibilizada pela contratante, e recursos avançados de georreferenciamento, despacho com rota detalhada, notificação de propriedades vizinhas em um raio mínimo de 50 km, e licenciamento para até 5.000 propriedades, com 5 usuários por propriedade.

Pesquisa de Preços com Fornecedores (Art. 3º, Inciso II)

O preço estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa direta, utilizando as propostas comerciais (cotações) de, no mínimo, 3 (três) fornecedores distintos, que atenderam aos requisitos técnicos mínimos do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Fornecedor	Valor Mensal Recorrente (R\$)
Master 24 Horas Operações Agro LTDA	R\$ 147.500,00
Grupo Tático Operacional Monitoramento 24 Horas LTDA	R\$ 176.800,00
Vigbeltrao Segurança Privada LTDA	R\$ 191.950,00

Cálculo da Média Aritmética (Preço Estimado Mensal):

Valor Estimado Mensal (Média Aritmética)	R\$ 172.083,33
Valor Estimado Global (24 meses)	R\$ 4.129.999,92

Nota: O valor estimado final encontrado no ETP (R\$ 172.083,33/mês e R\$ 4.129.999,92/Global 24 meses) coincide com a média aritmética dos fornecedores consultados.

Com o objetivo de subsidiar a definição dos requisitos da contratação, foi realizado benchmark de mercado, mediante análise de soluções tecnológicas disponíveis no cenário nacional voltadas à segurança rural, monitoramento inteligente e comunicação de ocorrências em tempo real.

Foram consideradas, para fins de referência técnica, plataformas que apresentam funcionalidades semelhantes ao objeto pretendido, tais como sistemas de acionamento de emergência, georreferenciamento, envio de alertas, comunicação entre usuários e centrais de monitoramento, bem como geração de relatórios gerenciais e análise de dados.

A análise dessas soluções permitiu identificar boas práticas, padrões tecnológicos adotados no mercado e funcionalidades essenciais, contribuindo para o aprimoramento do escopo da contratação e para a definição de requisitos técnicos compatíveis com a realidade do setor.

Ressalta-se que as soluções analisadas foram utilizadas exclusivamente como referência técnica (benchmark), não havendo direcionamento para fornecedor específico, sendo o objeto definido com base nas necessidades da Administração Pública Municipal.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à

manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A solução proposta consiste na contratação de plataforma tecnológica especializada para gerenciamento de alertas emergenciais em áreas rurais, disponibilizada no modelo Software como Serviço (SaaS), com integração direta à Central de Operações da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção à Comunidade.

A solução deverá permitir o acionamento rápido de emergências por usuários cadastrados em propriedades rurais, garantindo a transmissão automática de informações essenciais para a pronta resposta das forças de segurança pública.

A plataforma tecnológica deverá ser composta pelos seguintes elementos principais:

Aplicativo móvel para usuários

Disponibilização de aplicativo móvel nativo compatível com sistemas operacionais Android e iOS, destinado aos proprietários ou responsáveis por imóveis rurais previamente cadastrados no sistema.

O aplicativo deverá permitir:

- acionamento de emergência (S.O.S.);
- envio automático de geolocalização da ocorrência;
- compartilhamento de imagens e mensagens;
- comunicação direta com a Central de Operações;
- visualização de ocorrências em raio determinado;
- recebimento de alertas provenientes de propriedades vizinhas.

Plataforma de gestão e monitoramento:

A solução deverá incluir uma plataforma administrativa e operacional, acessível pela Central de Operações da Secretaria, que permita:

- recepção e gerenciamento de chamados de emergência;
- visualização georreferenciada das ocorrências em tempo real;
- despacho de ocorrências às equipes operacionais;
- comunicação com usuários do sistema;
- geração de relatórios gerenciais e estatísticos para planejamento de ações de segurança pública.

Infraestrutura tecnológica da solução

A solução deverá ser disponibilizada em ambiente computacional em nuvem, garantindo escalabilidade, disponibilidade e segurança da informação. Deverá contemplar:

- infraestrutura de hospedagem da plataforma;
- banco de dados seguro;
- comunicação criptografada;
- integração com sistemas de geolocalização;
- disponibilidade contínua do sistema.

Implantação e parametrização da solução

A contratação deverá contemplar as etapas necessárias para disponibilização completa da solução, incluindo:

- implantação inicial da plataforma;
- configuração dos parâmetros operacionais;
- cadastramento inicial das propriedades rurais;
- configuração dos raios de alerta e georreferenciamento;
- disponibilização do aplicativo nas lojas oficiais.

Treinamento e capacitação

A contratada deverá realizar treinamento inicial destinado aos operadores da Central de Operações e administradores do sistema, garantindo a correta utilização da plataforma.

Suporte técnico e manutenção

A solução deverá contemplar serviços contínuos de suporte técnico e manutenção, incluindo:

- manutenção corretiva;
- manutenção adaptativa;
- manutenção evolutiva;
- suporte técnico para incidentes operacionais.

Esses serviços são indispensáveis para garantir o pleno funcionamento da plataforma durante toda a vigência contratual.

Ciclo de vida da solução

Considerando o ciclo de vida do objeto contratado, a solução deverá abranger todas as fases

necessárias à sua operação, incluindo:

- implantação da plataforma;
- operação contínua do sistema;
- manutenção e atualização tecnológica;
- suporte técnico permanente;
- evolução funcional da solução.

Esse modelo de contratação garante a continuidade da solução tecnológica ao longo do tempo, evitando obsolescência tecnológica e assegurando a permanente adequação da ferramenta às necessidades da Administração Pública.

Classificação do objeto – Bem comum ou especial

O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum de tecnologia da informação, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Isso porque os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Estudo Técnico Preliminar e no futuro Termo de Referência, podendo ser fornecidos por diversas empresas especializadas no mercado.

Dessa forma, a contratação poderá ser realizada mediante pregão eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço.

Regime de execução do serviço

O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, com prestação de serviços contínuos e pagamento mensal, considerando que o objeto consiste na prestação integrada de serviços tecnológicos contínuos, envolvendo disponibilização da plataforma, manutenção, suporte técnico e atualizações durante toda a vigência contratual.

A adoção do regime de empreitada por preço global justifica-se pela natureza indivisível da solução contratada, a qual será fornecida de forma integrada, não sendo viável a sua fragmentação em unidades autônomas de execução.

Esse modelo proporciona maior segurança administrativa, previsibilidade de custos e simplificação da gestão contratual, uma vez que a contratada será responsável pela entrega completa da solução tecnológica e pelo seu funcionamento regular durante todo o período de execução do contrato.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras



contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.).

A estimativa das quantidades foi definida com base no universo aproximado de propriedades rurais existentes no Município de Cascavel, considerando a meta de expansão e universalização progressiva da política de segurança rural.

Levantamentos preliminares indicam a existência de aproximadamente 4.500 propriedades rurais cadastradas no município, considerando registros administrativos e bases de dados utilizadas em políticas públicas voltadas ao meio rural.

Para fins de planejamento da contratação e considerando possível ampliação do cadastro de propriedades ao longo da vigência contratual, adotou-se a estimativa de até 5.000 propriedades rurais atendidas, garantindo capacidade de expansão da solução sem necessidade de nova contratação.

Dessa forma, estimam-se os seguintes quantitativos:

Item 1 – Licenciamento da plataforma tecnológica (SaaS)

Quantidade estimada: até 5.000 propriedades rurais cadastradas.

Cada propriedade poderá possuir até 5 usuários vinculados ao aplicativo, conforme requisitos funcionais definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Item 2 – Serviço de implantação da solução

Quantidade estimada: 1 serviço de implantação, contemplando configuração inicial da plataforma, integração com a Central de Operações e treinamento da equipe técnica da Secretaria.

A definição do quantitativo máximo estimado permite garantir escalabilidade da solução e economia de escala, possibilitando o atendimento progressivo das propriedades rurais do município.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Com base no levantamento de mercado detalhado concluiu pela necessidade de uma solução de

SaaS, por meio de app, para atender à demanda de inviabilidade fática de acionamento rápido das forças de segurança diante emergências, como o mais vantajoso.

A pesquisa de preços foi realizada exclusivamente por meio de **pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores (Art. 5º, Inciso III)**, com a devida justificativa para a não utilização de fontes prioritárias, conforme o § 2º do Art. 5º da IN 65/2021.

A seleção dos fornecedores Master 24 Horas Operações Agro LTDA, Grupo Tático Operacional Monitoramento 24 Horas LTDA e Vigbeltrao Segurança Privada LTDA decorre da análise de mercado que os identifica como as **principais empresas no Estado do Paraná** na prestação deste tipo de serviço de segurança tecnológica rural. São, portanto, potenciais fornecedores do objeto para o Município de Cascavel, e suas cotações refletem a realidade de preço regional e a capacidade técnica exigida.

Embora o objeto consista em um serviço de tecnologia, a inviabilidade de pesquisa de preços nos incisos I e II do Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 (Painel de Preços, Contratações Similares e Mídia Especializada) justifica-se pelo seguinte:

Necessidade de Conhecimento Regional: O objeto não é apenas o software, mas a prestação de serviços contínuos de **Geointeligência**. Para orçar de forma fiel, é **imprescindível o conhecimento da região** para calcular os custos operacionais (mão de obra, infraestrutura e telecomunicações) e garantir o nível de serviço (SLA) de resposta exigido na área rural de Cascavel.

Varição de Escopo: Contratações similares em outras regiões ou Estados (Art. 5º, II) frequentemente possuem escopo ou abrangência territorial significativamente diferentes, tornando a comparação direta inexacta e, portanto, inadequada para estabelecer um preço máximo confiável. Dessa forma, a pesquisa direta com potenciais fornecedores locais foi a metodologia mais aderente, garantindo um preço estimado confiável e exequível para a contratação.

Por fim, o valor estimado para a contratação é:

Valor Estimado (Global 24 meses): R\$ 4.129.999,92
Valor Estimado (Mensal Recorrente): R\$ 172.083,33

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).



O objeto deve ser contratado em lote único, pois os itens são intrinsecamente interdependentes e a divisão é tecnicamente inviável.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Não há contratações correlatas ou interdependentes em andamento que inviabilizem ou interfiram neste processo. A solução foi desenhada para operar de forma autônoma, dependendo apenas da infraestrutura ser disponibilizada pela própria Contratada (SaaS) e das APIs a serem disponibilizadas pelas forças de segurança (PMPR, GCM) para a integração (RF-004), o que é um requisito da contratação e não uma contratação interdependente.

10 - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Fundamentação: Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e inciso IX do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

A contratação será incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) e no Orçamento do Município de Cascavel. A despesa está alinhada às políticas de segurança pública e inovação tecnológica, em consonância com os instrumentos de planejamento vigentes, notadamente o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A contratação faz parte do Plano de Contratação Anual do Município de Cascavel, conforme intenção nº 450/2026.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

A contratação visa alcançar os seguintes resultados mensuráveis (KPIs):

- Redução do Tempo de Resposta (Métrica Principal): diminuição do tempo entre a ocorrência e o atendimento da emergência, eliminando o tempo de triagem e a necessidade de localização verbal;
- Aumento da Eficiência Operacional: otimização do uso de recursos públicos por meio do georreferenciamento e da localização precisa das ocorrências;
- Aumento da Segurança Comunitária: fortalecimento da rede colaborativa por meio de alertas de vizinhança;
- Localização precisa: garantia de precisão na identificação do local da ocorrência, com indicação de rotas para atendimento rápido.
- Para fins de mensuração dos resultados e aferição da qualidade dos serviços prestados, será adotado Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto no Termo de Referência, o qual estabelecerá indicadores, metas de desempenho, níveis de serviço (SLA) e critérios objetivos para eventual aplicação de glosas ou ajustes nos pagamentos.
- Dessa forma, busca-se assegurar a efetividade da contratação, o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a adequada prestação dos serviços, alinhados aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Para garantir o sucesso da implantação, a Administração deverá adotar as seguintes providências prévias à assinatura ou durante a fase de *setup*:

- **Gestor do Contrato:** Designar formalmente o gestor e o fiscal técnico do contrato (Art. 117, Lei 14.133/2021).
- **Equipe de Cadastro:** Capacitar servidores do Município para atuar no cadastramento inicial das propriedades rurais.
- **Infraestrutura da Central:** Adequar a infraestrutura de TI e ter uma Central de Operações em funcionamento que receberá o software.

13. DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

Os impactos ambientais diretos decorrentes da contratação são considerados mínimos, uma vez que a solução será disponibilizada por meio de infraestrutura tecnológica já mantida pela contratada.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

A contratação é considerada viável sob os seguintes aspectos:

- **Viabilidade Técnica:** A solução é tecnicamente viável.
- **Viabilidade Operacional:** A solução atende aos requisitos operacionais, otimizando a resposta das forças de segurança.
- **Viabilidade Econômica:** A contratação é economicamente viável. A adoção do modelo de locação evita o alto custo de aquisição permitindo o alinhamento com a dotação orçamentária e a estratégia da Administração Público.

A contratação, portanto, atende ao interesse público, aos princípios da eficiência administrativa e está em conformidade com a Lei 14.133/2021.

15. INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

Claudiomar Antonio Vieira - Matrícula: 28600-01 - Encarregado Administrativo e Financeiro

16. INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS.

Gestor de contrato:



GOVERNO MUNICIPAL
CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
PÚBLICA E PROTEÇÃO À COMUNIDADE



37
9

- Eduardo Henrique Baby Carneiro da Silva - Matrícula: 39654-1 – Gerente Administrativo
- Adilso Machado Barbosa – Matrícula: 34073-1 – Diretor da Divisão de Proteção à Comunidade

Fiscais:

- Ezequiel Cavalheiro da Silva - Matrícula: 34109-2 – Guarda Municipal
- Evandro Maycon Dos Santos – Matrícula: 34104-2 – Guarda Municipal

Cascavel, 04 de março de 2026.

Claudiomar Antonio Vieira
Matrícula nº 28600-01

Washington Lee Abe
Secretário de Segurança Pública e Proteção à Comunidade de Cascavel